



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**RELATÓRIO DE INSPEÇÃO GERAL – VARA CÍVEL E CRIMINAL**

<b>COMARCA</b>	<b>BREVES</b>
<b>UNIDADE INSPECIONADA</b>	<b>2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE BREVES</b>
<b>ENDEREÇO</b>	Av. Rio Branco, 432-Centro- Breves/PA
<b>COMPETÊNCIA DA UNIDADE ATO NORMATIVO</b>	<b>Artigo 119 do Código Judiciário do Estado do Pará (Lei estadual nº 5.001/1981)</b>  <b>Criminal:</b> Privativa para Execução Penal e Tribunal do Júri. <b>Cível:</b> Privativa para Família, Registros Públicos, Falências e Concordatas, Casamentos, Execuções Fiscais, <b>Por Distribuição:</b> Cível e Comércio
<b>DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL</b>	16 e 17/04/2024- Edital n. 002/2024-CGJ
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE</b>	ANA CAROLINA DE SOUZA CARNEIRO- Diretora de Secretaria
<b>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ</b>	Lorena Ramos do Vale, Tiara Guedes Aires e Paulo Sergio Oliveira





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):**

**Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:**

ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE- 14/03/2019 até os dias atuais – Portaria nº 44/2019-SJ (PA-MEM-2019/10030 e tomou posse e entrou em exercício em 14/03/2019, conforme PA-OFI-2019/02230)

**1.1. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:**

- a. Férias: 11.04.2024 a 30.04.2024 (20 dias)
- b. Folgas compensatórias: 01.04.2024 a 10.04.2024 (Folga de Plantão)  
02.05.2024 e 06 a 09.05.2024 (Folga de Plantão)
- c. Licenças: sem registro nos últimos meses de 2024.

**1.2. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?**

A Divisão Disciplinar/Secretaria Geral da CGJ assim informou sobre os expedientes em aberto relativos a unidade inspecionada:

Informo, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: "**Breves – 2ª Vara - TJP**", não foi localizado nesta Corregedoria expedientes disciplinares em tramitação; Informo ainda, que foi localizado expedientes administrativos em andamento, a saber: **PP 000936-95.2024.2.00.0814** (Para cumprimento de despacho), **CorOrd 0000742-95.2024.2.00.0814** (Distribuído/Conclusos); Informo por derradeiro, que nada foi localizado em desfavor do magistrado titular da Vara, **Andrew Michel Fernandes Freire**.

Em 12.04.2024 a **Ouvidoria Judiciária** informou **não possuir pendência envolvendo as unidades judiciais da comarca de Breves**.

Não foram identificadas outras pendências de resposta.

**2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:**

Lotação Paradigma da unidade: 06 (seis) servidores, sendo que existem na unidade 04 servidores efetivos (02 Analistas e 02 Auxiliares), 02 requisitados da Prefeitura e 01 Comissionado/Assessor de Juiz.

**2.1. Quadro de pessoal:**

**2.1.1 Secretaria**

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	03
Exclusivamente comissionados(as)	00
Cedidos(as)/Requisitados(as)	02
Estagiários/as	01
Terceirizados/as	00



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Informações Gerenciais de Pessoal - IGP

Opções de pesquisa:

Nome  Local de trabalho  Comarca do estado

Informe local de trabalho para pesquisa:

2ª Vara Cumulativa da Comarca de Breves

SubÁrea Comarcas do Interior  
Lotação 2ª Vara Cumulativa da Comarca de Breves  
Gestor(a) Ana Carolina de Souza Carneiro  
Localização FORUM DR. PEDRO DOS SANTOS TORRES  
Telefones (91) 3783-1370  
E-mail Institucional  
Juiz Titular Andrew Michel Fernandes Freire  
Juiz Substituto Joao Paulo Pereira de Araujo

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Ana Carolina de Souza Carneiro	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Andrew Michel Fernandes Freire	Magistrados	Diretor do Forum de Breves	Férias: 11/04/2024 - 30/04/2024 - Dia(s): 20.
Ebenezilda Palheta de Souza	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Medio	Normal
Joao Paulo Pereira de Araujo	Magistrados	Diretor do Forum de Oeiras do Para	Normal
Jose Humberto Moraes Carvalho	Requisitado - Prefeitura	Requisitado - Nivel Medio	Normal
Marcelo Francisco Medeiros Teotonio Oliveira	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Marlon da Gama Sanches	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Paula Cristina Furtado Aguiar da Costa	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Paula Glenda da Silva Neves Rodrigues	Estagiario	Estagiario	Normal

## 2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
<b>Efetivos(as)</b>	<b>01</b>
<b>Exclusivamente comissionados(as)</b>	<b>01</b>
<b>Cedidos(as)/Requisitados(as)</b>	<b>00</b>
<b>Estagiários(as)</b>	<b>00</b>
<b>Terceirizados(as)</b>	<b>00</b>

Informações Gerenciais de Pessoal - IGP

Opções de pesquisa:

Nome  Local de trabalho  Comarca do estado

Informe local de trabalho para pesquisa:

Gabinete da 2ª Vara Cumulativa da Comarca de Breves

SubÁrea Comarcas do Interior  
Lotação Gabinete da 2ª Vara Cumulativa da Comarca de Breves  
Localização FORUM DR. PEDRO DOS SANTOS TORRES  
Telefones (91) 3783-1370  
E-mail Institucional

Nome	Vínculo	Grupo	Situação
Davi Santiago Negidlo	Exclusivamente Comissionado	Comissionado	Férias: 01/04/2024 - 30/04/2024 - Dia(s): 30.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** O servidor Marcelo Francisco Medeiros Teotonio de Oliveira exerce as atividades no gabinete da unidade judicial.

## 2.2. Como é feito o acompanhamento dos resultados a partir das metas fixadas no plano de ação para 2024?

A equipe da unidade informou que realiza o acompanhamento a partir da verificação das ferramentas gerenciais do sistema PJE e dos Painéis de Gestão Judiciária. Pontuou que realiza reuniões periódicas e possui relatórios próprios de acompanhamento.



## ANEXO - PLANO DE AÇÃO

2.3. Quais cursos ofertados pela Escola Judicial foram realizados pelos servidores da unidade judicial nos últimos 24 meses? Informar nome do servidor, curso e data de realização. A realização de cursos está sendo observada pelos gestores no momento da avaliação periódica de desempenho do servidor?

### 1- MARCELO FRANCISCO TEOTÔNIO MEDEIROS DE OLIVEIRA – Auxiliar Judiciário

- **COLÓQUIO EM SAÚDE PÚBLICA** - 1º TEMA: "O Cenário Atual da Saúde no Estado do Pará" – Escola Judicial TJPA Palestra 05/04/2022 05/04/2022 3 horas Online
- **CURSO “DECISÃO JUDICIAL E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO”** Escola Judicial TJPA Curso 25/08/2022 02/09/2022 20 horas Online
- **OFICINA - I SEMANA DE INOVAÇÃO DO PJPA – ONLINE – Escola Judicial TJPA Evento 23/02/2024 23/02/2024 3 horas Online**
- **TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO I**  
– Escola Judicial TJPA Treinamento 12/03/2024 12/03/2024 2 horas Online
- **TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO II**  
– Escola Judicial TJPA Treinamento 13/03/2024 13/03/2024 2 horas Online
- **TREINAMENTO SEEU – PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO III**  
– Escola Judicial TJPA Treinamento 14/03/2024 14/03/2024 2 horas Online
- **TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO IV**  
– Escola Judicial TJPA Treinamento 19/03/2024 19/03/2024 2 horas Online

### 2- MARLON DA GAMA SANCHES – Auxiliar Judiciário

- **Curso de Especialização** em nível de Pós-Graduação lato sensu em DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL- 396 hs- Faculdade Legale - 29/11/2022 a 28/05/2023.

### 3- PAULA CRISTINA FURTADO AGUIAR DA COSTA – Analista Judiciário

- **TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA- TURMA 26: ARQUIVAR, SUSPENSÃO, APENSAR/DESAPENSAR, SOBRESTAMENTO/REDISTRIBUIÇÃO** - Escola Judicial TJPA- 19/10/2023 a 19/10/2023- 3 horas-aula- Online
- **TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO V**  
– Escola Judicial TJPA- 20/03/2024 a 20/03/2024- 2 horas Online
- **TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA- TURMA 23: REMESSAS** - Escola Judicial TJPA- 16/10/2023 a 16/10/2023- 3 horas-aula- Online
- **TREINAMENTO: PJE NA PRÁTICA- TURMA 26: ARQUIVAR, SUSPENSÃO, APENSAR/DESAENSAR, SOBRESTAMENTO/REDISTRIBUIÇÃO** - Escola Judicial TJPA- 19/10/2023 a 19/10/2023- 3 horas-aula- Online
- **TREINAMENTO SEEU - PRÁTICA PARA SERVIDORES - MÓDULO IV**  
– Escola Judicial TJPA- 19/03/2024 a 19/03/2024- 2 horas Online



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- **CERTIFICADO DE APROVEITAMENTO:** CURSO MALOTE DIGITAL- Escola Judicial TJPA- 24/06/2021 a 22/11/2023- 10 horas-aula- Online
- **CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO-** TREINAMENTO: SISTEMA DE DEPÓSITO JUDICIAL- Escola Judicial TJPA- 29 a 30/11/2023- 4 horas-aula- Online
- **CERTIFICADO- CURSO:** DIALOGANDO SOBRE A LEI MARIA DA PENHA- TURMA 3- Instituto Legislativo Brasileiro- Senado Federal- 20/11 a 14/12/2023- 60 horas-aula- Online
- **DECLARAÇÃO- CURSO:** SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO- PERFIL SERVIDOR- Centro de Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD)- 01/08/2023 a 29/09/2023- 24 horas-aula- Online

4- **ANA CAROLINA DE SOUZA CARNEIRO – Analista Judiciário/Diretora de Secretaria**

- **PALESTRA “PAPO PREVIDENCIÁRIO”** – Escola Judicial TJPA – 07/03/2024- MODALIDADE: ON LINE- 19/03/2024 a 19/03/2024- 4 horas Online
- **TREINAMENTO:** PJE NA PRÁTICA- TURMA 39: MODELOS - Escola Judicial TJPA- 07/12/2023 a 07/12/2023- 3 horas-aula- Online
- **TREINAMENTO:** PJE NA PRÁTICA- TURMA 38: COMUNICAÇÕES - Escola Judicial TJPA- 06/12/2023 a 06/12/2023- 3 horas-aula- Online
- **TREINAMENTO:** PJE NA PRÁTICA- TURMA 37: AUTOS DIGITAIS - Escola Judicial TJPA- 05/12/2023 a 05/12/2023- 3 horas-aula- Online
- **TREINAMENTO:** PJE NA PRÁTICA- TURMA 36: PAINEL DO USUÁRIO/MENU VERTICAL - Escola Judicial TJPA- 04/12/2023 a 04/12/2023- 3 horas-AULA- Online
- **TREINAMENTO:** PJE NA PRÁTICA- TURMA 21: VADASTRO, DISPONIBILIDADE E DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA - Escola Judicial TJPA- 04/10/2023 a 04/10/2023- 3 horas-aula- Online
- **TREINAMENTO:** PJE NA PRÁTICA- TURMA 20: MINUTAS E REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS- Escola Judicial TJPA- 03/10/2023 a -3/10/2023- 3 horas-aula- Online
- **TREINAMENTO:** PJE NA PRÁTICA- TURMA 05: DIRETOR DE SECRETARIA - Escola Judicial TJPA- 16/06/2023 a 16/06/2023- 3 horas-aula- Online
- **TREINAMENTO:** PJE NA PRÁTICA- TURMA 04: MODELOS DE DOCUMENTOS - Escola Judicial TJPA- 15/06/2023 a 15/06/2023- 3 horas-aula- Online
- **CERTIFICADO DE APROVEITAMENTO:** CURSOS DE TELETRABALHO- Escola Judicial TJPA- 19/01/2024 a 19/01/2024- 10 horas-aula- Online.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Restou observado que nem todos os servidores da unidade realizam carga horária de cursos a contendo que lhe garantam maior expertise no desenvolvimento das tarefas, e, conseqüentemente boa avaliação periódica de desempenho. Importante realçar que a servidora ocupante do cargo de Diretora de Secretaria não aponta qualquer curso na área de gestão. Não foi apontado pelo magistrado ou Diretora de Secretaria se levam em consideração os cursos realizados a cada período de 12 meses para fins de avaliação periódica de desempenho. **Importante registrar a relevância para todos os servidores no que**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

se refere a realização de cursos, com finalidade de aprendizagem e afinco no desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício do cargo de forma eficiente.

**RECOMENDA-SE** ao Juiz Titular da Unidade e Diretor de Secretaria, quando da realização de avaliação periódica de desempenho (tanto para fins de estágio probatório quanto para progressão) que verifiquem os cursos realizados pelo servidor no período dos últimos 12 (doze) meses

### **3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:**

#### **3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do Gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?**

Restou verificado pela equipe de Inspeção que a estrutura predial do Fórum de Breves é boa.

Foram verificados os **seguintes expedientes em andamento (SIGA-DOC):**

MEMORANDO Nº TJPA-MEM-2023/68790 - 19/12/2023 - Devolução do veículo Ford Fiesta Sedan. 15/1/2024 - Solicitação de provimento de fundo para transporte do veículo no trajeto Breves - Belém.

MEMORANDO Nº TJPA-MEM-2023/29223 - 1/6/2023 - Solicitação de providências para manutenção/troca do corrimão da escada do Fórum. 20.9.2023 - Ordens bancárias expedidas. 11.4.2024 - Arquivamento corrente.

MEMORANDO Nº TJPA-MEM-2023/12354 - 6/3/2023 - Comunicação de que a motocicleta ficará sob a guarda do servidor Flávio Moutinho Silva para evitar desgastes e deterioração pela exposição ao sol e chuvas fortes, instalação de painéis fotovoltaicos no telhado do Fórum, manutenções nas luminárias internas/externas e no piso oco e quebradiço. 22/6/2023 - Indeferimento da guarda da motocicleta. Manifestação da Secretaria de Engenharia e Arquitetura que informou que as demandas seriam atendidas pela Ata de Registro de Preços 011/2023 formalizada com a conclusão do processo PA-PRO-2022/01414.

MEMORANDO Nº TJPAMEM2024/10572 - 23/2/2024 - solicitação de providências necessárias, quanto aos consertos, manutenções e reparos no prédio do Fórum da Comarca de Breves. 26/2/2024 - Despacho determinando avaliação e demais providências pertinentes à solicitação.

MEMORANDO Nº TJPA-MEM-2022/51072-A – 7/11/2022 - Solicitação de retirada de 10 centrais de ar antigas que estão armazenadas no salão do júri, em razão da instalação de novos aparelhos de ares-condicionados. 24.2.2023 - Resposta do Serviço de Controle de Bens Patrimoniais do TJPA reportando que os bens inservíveis devem ser encaminhados para doação. 23.9.2023 - solicitação de documentação às entidades beneficiadas para análise.

MEMORANDO Nº TJPA-MEM-2019/25720-A – 25.6.2019 - Chefe da Divisão de Bens



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Patrimoniais solicita tombamento da lancha guardiã e da carreta de encalhe.

MEMORANDO Nº TJPA-MEM-2023/15797 - 23.3.2023 - Solicitação de substituição de cadeiras danificadas. 2.8.2023 - Anotação de que AFUA, ANAJÁS, BAGRE, BREVES, CHAVES, CURRALINHO, GURUPÁ, MELGAÇO, PORTEL, SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA receberão visita nos próximo 90 dias para fins de avaliação do mobiliário de forma em geral, bem como para a manutenção de bens que porventura caibam tais providências. Além disso serão verificadas situações relativas aos bens inservíveis.

Restou verificado pela equipe de inspeção que a estrutura predial do Fórum de Breves é boa.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** Foram identificados requerimentos referentes à estrutura do Fórum tanto pela 1ª quanto pela 2ª Vara de Breves, no entanto uma unidade desconhece pleitos apresentados pela outra, assim fica a **RECOMENDAÇÃO de que todos os números dos expedientes devem ser de conhecimento de ambas as equipes para registro em inspeções e correições.**

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA II:** Restou verificado, in loco, pela equipe de inspeção da Corregedoria que o serviço de internet no Fórum da comarca de Breves é bastante oscilante e instável.

Foi recomendado que a Direção do Fórum formalizasse requerimento à Secretaria de Informática, via siga-doc, no sentido de melhorias para internet.

#### **4. DADOS ESTATÍSTICOS:**

##### **4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:**

\*Data de coleta de dados pela Unidade: 10/04/2024.

<b>Dados processuais</b>	<b>Total no período da extração dos dados</b>	<b>Total na data Inspeção</b>
Total de processos em tramitação na Vara (Acervo Ativo)	2757	<b>2.772</b>
Total de processos em tramitação na Vara incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (Acervo Total)	3.238	<b>3.264</b>
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	481	<b>492</b>
Total do acervo com prioridade	476	<b>478</b>
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em <b>Secretaria</b> (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	235	<b>195</b>
Total de processos com prioridade legal sem movimentação há mais de 100 dias em <b>Secretaria</b> (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	29	<b>02</b>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Total de processos <b>conclusos</b> para o(a) magistrado(a)	1206	<b>1.255</b>
Total de processos <b>conclusos</b> para o(a) magistrado(a) <b>há mais de 100 dias</b>	302	<b>297</b>
Total de processo <b>conclusos</b> para o(a) magistrado <b>há mais de 100 dias</b> envolvendo <b>prioridade legal</b>	33	<b>33</b>

#### 4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

Período: **01.01.2024 a 31.03.2024**

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos (Painel de Gestão Judiciária – Entrada de Feitos – Total – incluindo redistribuídos e mudança de classe )	360
Total de processos julgados (Painel de Gestão Judiciária – Movimentações de Gabinete – Total de Sentenças + Homologatórias)	188 + 32 (Homologatórias)
Total de processos julgados Meta 1 Painel de Gestão	109
Total de processos baixados definitivamente do acervo	247

**\*A unidade possui distribuição predominantemente cível, do total de 360, 43 são redistribuições, 01 mudança de classe, 44 Cartas Precatórias, 13 Conhecimento Criminal, 01 Procedimentos Investigatórios e 224 feitos de conhecimento cível.**



Fonte: Portal PIB. Consulta em 08.05.2024, com última atualização em 30.04.2024.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** A unidade judicial deve atentar para a necessidade de realizar mensalmente a baixa processual observando para cumprir a



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

meta mensal, utilizando a ferramenta PIB.

### 4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

\*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária

Período: **15.01.2024 a 15.04.2024**

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	273
Despachos	383
Sentenças com resolução de mérito	164
Sentenças sem resolução de mérito	67
Audiências realizadas	139

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** Verifica-se que, no primeiro quadrimestre do ano de 2024, o número de sentenças é inferior ao de entrada de feitos, inclusive, bem inferior a média nacional divulgada no Relatório Justiça em Números pelo Conselho Nacional de Justiça em 2023 (vide página 41 do Relatório Justiça em Números do CNJ – Ano 2023, disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/02/justica-em-numeros-2023-16022024.pdf> ).

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA II:** O quantitativo de audiências realizadas num espaço de tempo de 90 (noventa) dias também é insuficiente para impulsionamento de um quantitativo de feitos razoável ao atingimento das metas nacionais e meta de baixa processual, essencialmente na Meta 1, que ainda se encontra em percentual distante de cumprimento, conforme se observa no item 5 (print de tela abaixo).

### 4.4. É realizado acompanhamento de processos paralisados no PGJ para evitar que entrem nos 100 (cem) dias sem movimentação?

Sim, por meio das ferramentas de decurso de prazo do PJe + R, etiquetas, análise dos fluxos de prazo.

## 5. METAS NACIONAIS E DIRETRIZES DO CNJ/2024:



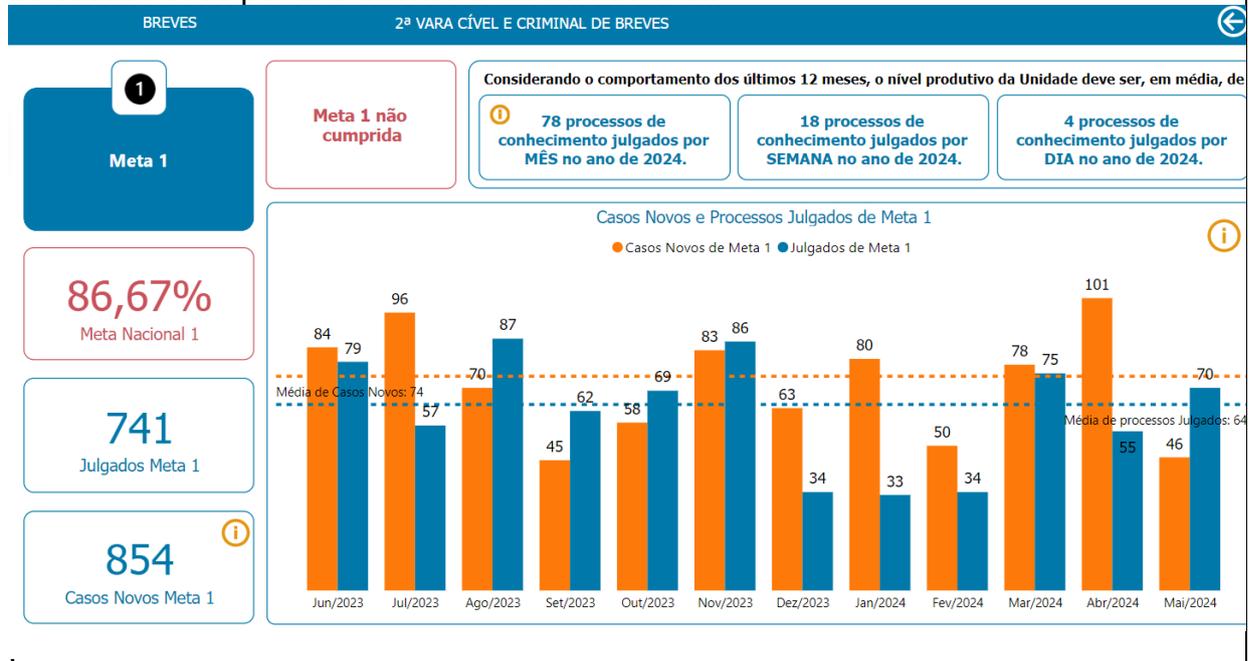


### 5.1. Qual ação estabelecida no planejamento da unidade para cumprimento da Meta 1/2024-CNJ?

Julgamento de 82 (oitenta e dois) processos por mês.

**Vide Plano de Ação – ANEXO I**

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Restou verificado que esta etapa no Plano de Ação, sob a responsabilidade de acompanhamento pelo Assessor e Diretora de Secretaria, com início em 19.02.2024. No mês de março a unidade atingiu 75 julgamentos e no mês de abril 55 (vide informações do Painel de Gestão Judiciária sobre a Meta 01), ou seja, bem inferior a quantidade de casos novos distribuídos na unidade nestes meses. Nos últimos 12 meses (junho de 2023 a maio de 2024), a unidade só conseguiu atingir número igual ou superior de julgamentos no ano de 2023 nos meses de junho-23, julho-23, novembro-23 e março 24, sendo que possui média de casos novos por ano inferior à média nacional.



### 5.2. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2/2024-I (gestão judiciária)

30 processos, vide *print* de tela Painel de Metas acima.

### 5.3. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento das Metas 4, 8, 10, 11/2024-CNJ? (gestão judiciária)?

META 4: NÃO SE APLICA  
META 8: NÃO SE APLICA  
META 10: NÃO SE APLICA  
META 11: 13 processos

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Na meta 11 aparecem 13 processos, que provavelmente se referem a equívoco de classificação, haja vista que a unidade inspecionada não possui competência para Infância e Juventude. Restou verificado que existem processos classificados como “Guarda da Infância e Juventude”, quando



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

deveriam ser classificados como “Guarda”, o que provavelmente está levando ao aparecimento de feitos de Meta 11 para a 2ª Vara de Breves. **RECOMENDA-SE à Secretaria** da unidade a abertura de chamado técnico para inclusão da classe “Guarda de Família” (Código 14671).

**5.4. Houve diminuição da Taxa de congestionamento da unidade judicial (como parâmetro inicial 01.01.24 e final a data de realização da inspeção)?**

Pelos dados coletados houve **elevação**.

Percentual TCL em 31.12.2023: 70,23%

Percentual TCL data da inspeção: 70,44%

**APLICAÇÃO E GESTÃO DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS - DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 05/2024- CORREGEDORIA NACIONAL**

**5.5. Nos processos suspensos em razão do aguardo de julgamento de precedentes foram lançadas etiquetas com a identificação do tema e órgão responsável pelo julgamento?**

Localizadas as seguintes etiquetas neste sentido pela equipe de inspeção

<input type="checkbox"/>	SUSPENSÃO até o julgamento do Tema Repetitivo 1.116 STJ
<input type="checkbox"/>	SUSPENSÃO do feito até o julgamento do Tema Repetitivo nº 1.116 STJ
<input type="checkbox"/>	TEMA 986 - STJ
<input type="checkbox"/>	Tema 1184 da repercussão geral pelo STF

Tema 986-STJ, etiquetado um processo.

Tema 1184, etiquetados 29 processos

Repetitivo ° 1116-STJ, 02 processos.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Verifica-se que com relação ao Repetitivo ° 1116-STJ aparece duas vezes a mesma etiqueta o que deve ser corrigido pela equipe da unidade para sempre conste apenas uma etiqueta para cada finalidade específica.

**5.6. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas?**

A equipe da unidade informou o seguinte:

TEMA 1184- repercussão geral pelo STF: **57 processos**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

IRDR nº. 71 TO: 17 processos  
Tema repetitivo 1116 STJ: 02 processos

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** Não constam etiquetas para identificação de processos suspensos com relação ao IRDR nº 71 TO no PJE. No Painel de Gestão Judiciária também não consta nenhum processo suspenso cuja movimentação da suspensão tenha sido por IRDR, o que indica que o controle quanto aos precedentes precisa ser mais efetivo, inclusive com o cadastro da decisão de suspensão com o movimento correto que possibilitará melhor gestão pela unidade que poderá verificar o motivo da suspensão – de forma específica – pelo Painel de Gestão Judiciária, nos processos suspensos.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA II:** Sobre os Repetitivos, verifica-se que pelo Painel de Gestão são identificados 09 (nove), com decisão de suspensão entre os anos de 2022 e 2023 o que não corresponde com as informações do controle feito por etiqueta pelo que RECOMENDA-SE que seja reavaliada a movimentação dos 09 (nove) processos suspensos – que constam do Painel de Gestão – com efetivo controle também no PJE pelo número do TEMA e órgão responsável pelo julgamento.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA III:** Sobre os processos do TEMA 1184-STF, em consulta a um dos que possuem etiqueta do referido tema no PJE (nº 0004197-16.2014.8.14.0010), restou verificado que ainda não houve o levantamento da suspensão e se encontra conclusos para apreciação judicial. Especificamente sobre a questão consta orientação no item 5.20.

**5.7. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos?**

A partir da consulta por amostragem dos autos nº 0004197-16.2014.8.14.0010 (Execução Fiscal, que ainda se encontram suspensos na unidade, sendo que já houve o julgamento do Tema 1184 pela STF com publicação da Resolução 547/2024-CNJ), verifica-se que a unidade, ao identificar julgamento submete os autos a conclusão, pelo que não foi possível identificar média de tempo (entre o julgamento e o levantamento da suspensão) em que a demanda retoma a marcha processual regular.

**5.8. Existem processos ainda suspensos cujos temas já tenham sido julgados pelas Cortes Superiores?**

Sim. O caso descrito nos itens 5.6 e 5.7, pelo **RECOMENDA-SE** ao Juiz especial atenção quanto a triagem destes processos em gabinete e apreciação de acordo com os ditames da Resolução 547/2024-CNJ.

**5.9. Nos processos suspensos em razão de estarem aguardando julgamento de precedente são lançadas etiquetas com identificação do tema e órgão responsável?**

Resposta no item 5.5.

**5.10. Em que periodicidade são revistos os processos que se encontram suspensos por aguardarem julgamento vinculante de Tribunal?**

A unidade não possui rotina de verificação periódica, somente acompanha as



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

comunicações de julgamento de precedentes feitas pelo NUGEPNAC-TJPA.

**5.11. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?**

Buscas nas páginas do STJ e STF, por demanda idêntica. Não há periodicidade de realização da consulta.

## INFÂNCIA E JUVENTUDE- PREJUDICADO

**5.12. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nos últimos 12 meses?**

PREJUDICADO em razão da competência da unidade

**5.13. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar a medida protetiva de acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses?**

PREJUDICADO em razão da competência da unidade

**5.14. Há na comarca Programa ou Projeto que objetive o desenvolvimento de ações voltadas ao processo de desinstitucionalização do jovem que vive em casa de acolhimento institucional, em vias de completar 18 anos? (*Diretriz estratégica 10 da Corregedoria Nacional 2024*)**

PREJUDICADO em razão da competência da unidade

## REGISTROS PÚBLICOS

**5.15. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (*Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024*)**

Restou constatado que não há fiscalização quanto ao funcionamento de cartórios de registros de pessoas naturais em regime de plantão, inclusive tinham informações quanto a existência de plantão dos cartórios para fins de registro civil na comarca de Breves.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

COMARCA DE BREVES

CNS	SERVENTIA	OFICIAL RESPONSÁVEL	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
06.671-2	CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO - SEDE	TITULAR: VICTOR HUGO BARBOZA CHALUB	AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº 2405-A, BAIRRO: CENTRO CEP: 68.800-000	BREVES
06.678-7	CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO - SEDE	TITULAR: MAGDA LIMA MENDES	TRAVESSA CASTILHO FRANÇA, Nº 355, BAIRRO: CENTRO CEP: 68.800-000	BREVES
06.788-4	CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE TERMO DE BAGRE	TITULAR: ALAN ALEX FARIAS TEIXEIRA	TRAVESSA EVARISTO DE MENDONÇA, S/Nº BAIRRO: CENTRO CEP: 68.475-000	BAGRE

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** O Juiz da 2ª Vara de Breves, detentor da competência para registros públicos é também o Corregedor Permanente das Serventias Extrajudiciais da comarca, pelo que **deve realizar anualmente Correição Ordinária nos cartórios do Município de Breves (1º e 2º Ofício)**, ocasião em que imprescindível a fiscalização com relação funcionamento de cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados.

Pelos registros no sistema PJE, restou verificado que as últimas correições ordinárias realizadas pelo Juiz da 2ª Vara de Breves nas serventias extrajudiciais daquela comarca foram:

- **Correição Ordinária nº 0000650-54.2023.2.00.0814 - Cartório do 1º Ofício de Breves – Realizada em 24.01.2023.**
- **Correição Ordinária nº 0000651-39.2023.2.00.0814 - Cartório do 2º Ofício de Breves - Realizada em 24.01.2023.**

**5.16. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)**

A serventia não possui posto avançado, tampouco promove o cadastramento de parteiras.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** O Juiz da 2ª Vara de Breves, detentor da competência para registros públicos é o Corregedor Permanente das Serventias Extrajudiciais da comarca, pelo que deve realizar anualmente Correição Ordinária nos cartórios do Município de Breves (1º e 2º Ofício), ocasião em que **imprescindível buscar junto às Serventias Extrajudiciais com competência para Registro Civil que viabilizem Posto Avançado em maternidade do município**, e, se for o caso, cadastramento de parteiras, tudo para evitar pessoas sem registros, registros tardios e subregistro, que fiquem impedidos do exercício da cidadania, minimizando assim a dificuldade quanto ao acesso aos serviços públicos, mormente pelos vulneráveis.



**5.17. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro de nascimento após o prazo legal” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se aguardando julgamento? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)**

Em consulta as etiquetas da vara no PJE, restou verificada que quanto a etiqueta do assunto “Registro de Nascimento após o Prazo legal” possui 24 (vinte e quatro) processos. Existem outras etiquetas relacionadas a registro civil, mas não a registro civil, e sim a retificação de registro civil (69 processos), devendo ser esclarecido que a retificação de registro se trata de classe (instrumento processual) e Registro Civil após o Prazo legal se trata de assunto (matéria).

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** Em consulta ao acervo ativo da unidade por classe processual (Painel de Gestão Judiciária), foram identificados 44 (quarenta e quatro) processos com o assunto 7732 (Registro Civil após o prazo legal), sendo que destes 37 (trinta e sete) se encontram em andamento, com data de distribuição há mais de 12 (doze) meses, sendo o mais antigo o processo nº 000199197-2012.814.0010.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA II: RECOMENDA-SE** ao Juiz que **ultime as diligências para finalização dos referidos processos em até 60 (sessenta) dias.**

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA III: ORIENTA-SE Juiz e equipe que utilizem o sistema CRCJUD** para verificação quanto a existência de registro civil em outros cartórios por se tratar de base de dados nacional.

**5.18. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? (Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2023)**

Sim, na zona rural do município de Breves existem comunidades com sub registro, mas a unidade não possui programação de ações para erradicar o sub registro civil.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** Imperioso que numa região como a do Marajó, o **Juízo de Registros Públicos da comarca de Breves (sede de pólo da Região Judiciária) busque parcerias** com Justiça Eleitoral, Ministério Público, Polícia Civil, Defensoria Pública e Cartórios de Registro Civil para desenvolvimento de Programa, ou mesmo ação, que vise a prevenção, combate e erradicação do Subregistro civil.

## RECUPERAÇÃO JUDICIAL/FALÊNCIA

**5.19. O Juízo de Recuperação Judicial/Falência, ao deferir o processamento de recuperação judicial ou decretar falência, tem oficiado ao Núcleo de Cooperação Judiciária do TRT 8ª Região solicitando lista completa de processos trabalhistas de CONHECIMENTO, LIQUIDAÇÃO e EXECUÇÃO, que tramitem contra a sociedade empresária ou grupo econômico reconhecido judicialmente como beneficiado com o deferimento do processamento da recuperação judicial (Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023,**



**celebrado entre TJPA e TRT 8ª Região, em 30.10.2023)?**

A partir da consulta do acervo ativo pelo Painel de Gestão, restou identificada 01 (uma) ação classificada como falência nº 000191857.2014.8140010.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Por se tratar de Juízo competente para falência e recuperação judicial, **RECOMENDA-SE** atenção ao disposto no **Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023, celebrado entre TJPA e TRT 8ª Região, em 30.10.2023.**

**CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO – RESOLUÇÃO Nº 471/2022-CNJ – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 11 CORREGEDORIA NACIONAL**

**5.20. O juízo tem observado os requisitos para a distribuição das ações de execução fiscal a partir do julgamento do TEMA 1184 pelo Supremo Tribunal Federal?**

A equipe da unidade informou que possui processos atingidos pelo Julgamento do tema 1184-STF (Execução Fiscal), mas que até então não foram analisadas.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Faz-se necessário que a Secretaria promova a triagem, etiquetagem e conclusão de todos os processos atingidos pelo julgamento do Tema 1184-STF **para análise pelo gabinete, ressaltando que quando da tomada de decisões pelo magistrado deve constar das decisões o levantamento da causa suspensiva, sob pena de não contabilização dos movimentos realizados (provimentos judiciais e até baixa processual) para a produtividade da unidade.**

**AÇÕES AMBIENTAIS – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 13/2024 CORREGEDORIA NACIONAL**

**5.21. As demandas envolvendo matéria ambiental recebem etiqueta de identificação “AÇÃO AMBIENTAL”?**

Não foi identificado no acervo ativo da unidade demandas envolvendo matéria ambiental, mesmo a unidade tendo competência cível por distribuição.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** vale consignar orientação de que a TPU de “assuntos” do CNJ contém a árvore “Direito Ambiental”, na hierarquia desta árvore existem mais de 20 (vinte) assuntos de Direito Ambiental. A Tabela de assuntos do CNJ pode ser visualizada a partir do link [https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta\\_publica\\_assuntos.php](https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php), no qual é possível verificar todos os assuntos e respectivos códigos válidos na árvore “Direito Ambiental”:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- 9994 Dano Ambiental
- 10116 Agrotóxicos
- 11828 Área de Preservação Permanente
- 15302 Cadastro Ambiental Rural
- 10438 ~~Dano Ambiental~~
- 15301 Dano Moral Coletivo Decorrente de Dano Ambiental
- 10114 Fauna
- 10113 Flora
- 10119 Gestão de Florestas Públicas
- 11822 Mineração
- 15008 Mudanças Climáticas
- 15300 Pagamento por Serviços Ambientais
- 11830 Patrimônio Cultural
- 11825 Poluição
- 11829 Produtos Controlados / Perigosos
- 11824 Recursos Hídricos
- 11823 Reserva legal
- 10112 Revogação/Anulação de multa ambiental
- 10111 Revogação/Concessão de Licença Ambiental
- 11862 Saneamento
- 11869 ~~Saneamento~~
- 10115 Transgênicos
- 10118 Unidade de Conservação da Natureza
- 11827 Zona Costeira
- 11826 Zoneamento Ecológico e Econômico

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA II:** No ambiente da 2ª Vara de Breves no PJE existe a etiqueta (D) AMBIENTAL, mas nenhum processo a ela vinculado.

**COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA – RESOLUÇÃO 350/2020-CNJ – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 17/2024 CORREGEDORIA NACIONAL**

**5.22. Informar quantos termos de cooperação jurisdicionais/atos consertados foram firmados, indicando: a) os envolvidos, b) a matéria tratada e c) a comunicação à Corregedoria?**

Não foram apresentados Termos de Cooperação, tampouco Atos Consertados, firmados pela unidade judicial.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** Durante a inspeção na comarca de Breves, foi realizada reunião com os Oficiais de Justiça, os quais abordaram questão a respeito do **grande número de mandados com prazo extrapolado**, o que justificam tratar-se de caso para cumprimento na zona rural e de comunidades distantes **em que acesso se dá somente pela via marítima, não havendo meio de transporte próprio do Tribunal com este fim**, o que os obriga a aguardar o prazo mínimo de 15 (quinze) dias para locação de lanchas - que não ficam à disposição dos oficiais de justiça - e que em razão da grande distância, alcançando até 12 (doze) horas para a realização do deslocamento até o destino final - impõe aos meirinhos pernoite em localidade onde não está garantida a segurança para o descanso. Aduziram ainda os Oficiais de Justiça a necessidade de aquisição de lancha pelo Poder Judiciário e realçam que algumas



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

localidades, ainda que pertencentes ao território do município de Breves, tem melhor acesso de transporte (barco) pelos municípios Afuá, Melgaço, Anajás, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista. **Sobre esta questão, foi orientada a formalização de SigaDoc à Presidência com pleito fundamentado - com dados do número de mandados para cumprimento na região que exige a via marítima nos últimos 12 (doze) meses, bem como os valores despendidos pelo próprio Tribunal para a locação de lanchas para a realização de diligências nos últimos 12 (doze) meses. A partir do que consignado no Relatório da 1ª Vara Cível e Criminal de Breves, o Corregedor-Geral de Justiça encaminhou solicitação á Presidência quando a verificação de viabilidade aquisição do transporte marítimo.**

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA II:** Diante da existência de localidade com meio de transporte marítimo melhor viável com outras comarcas, durante a inspeção foi exaltado ao magistrado da 1ª Vara, que também estava em exercício na 2ª Vara, que buscasse a Cooperação Judiciária no sentido de que tais comarcas procurem realizar os atos de comunicação diretamente e não enviando cartas precatórios ou mandados para cumprimento em Breves, tão somente em razão da territorialidade, usando o mapa geográfico para demonstração das facilidades de acesso. **A mesma orientação fica consignada ao Juiz Titular da 2ª Vara Cível e Criminal de Breves.**

**ANEXO – MAPA MEIO RURAL MUNICÍPIO DE BREVES – ANO 2016 (GEOREFERENCIAMENTO)**

**ANEXO – REQUERIMENTO OFICIAL DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BREVES**

## **6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:**

**6.1. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJEOR n. 0002009-73.2022.2.00.0814)**

A 2ª Vara de Breves possui aproximadamente 480 processos suspensos, sendo que destes 253 (duzentos e cinquenta e três) se referem a Execução Fiscal com distribuição desde o ano 2000.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** Sobre tais processos, vale salientar que é vinculado apenas um assunto “Dívida Ativa”, sem assunto relacionado ao tributo correlato, o que dificulta a triagem dos processos para análise de apreciação em lote, pelo que **ORIENTA-SE** a secretaria da unidade a vincular os assuntos correlatos aos tributos quando se tratar de execução fiscal, com fins de otimizar a triagem dos processos para análise.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA II:** 110 processos suspensos, na realidade estão arquivados provisoriamente, os quais se encontram com diversas classes “Ação Penal de Competência do Tribunal do Júri”, “Divórcio Litigioso”, “Alimentos”, “Divórcio Consensual”, “Retificação de Registro Civil”, “Busca e Apreensão.



**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA III:** Em consulta a três processo por amostragem:

- **080029337.2023.814.0010 – DIVÓRCIO CONSENSUAL – PROCESSO NÃO REGULAR** - Processo sentenciado em 08.02.2023 e, em 08.03.2023 foi realizado movimento de arquivamento provisório. Não houve o cumprimento do que determinado na sentença, inclusive não realizada a expedição do mandado de averbação ao respectivo Cartório de Registro Civil, o que deve ser feito diretamente pelo PJE (utilizando a procuradoria da serventia extrajudicial no Pje), nos termos do que dispõe o Provimento nº 009/2022-CGJ. **RECOMENDA-SE O IMEDIATO** retorno da marcha processual para cumprimento do que estabelecido em sentença, inclusive certificação de trânsito e julgado, e, transitado livremente, a baixa definitiva.

- **0007555-18.2016.814.0010 – AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI** – Consta dos autos decisão de suspensão datada de 18.10.2022 em razão do art.366, mas em 28.02.2022 foi realizado movimento de arquivamento provisório sem determinação judicial. **RECOMENDA-SE O IMEDIATO** cancelamento do movimento de arquivamento provisório nestes autos, devendo verificar nos demais feitos criminais suspensos se também foram cadastrados movimentos de arquivamento provisório sem ordem judicial, que devem ser cancelados, permanecendo apenas a suspensão decorrente da decisão judicial.

- **001531717.2018.814.0010 – “ALIMENTOS” – PROCESSO NÃO REGULAR** - Consta decisão determinando a citação dos 13 requeridos datada de 04.08.2022 e em 28.02.2024 consta determinação de arquivamento provisório sem determinação judicial. **RECOMENDA-SE O IMEDIATO** cancelamento do movimento de arquivamento provisório nestes autos, devendo proceder da mesma forma em TODOS os demais feitos em trâmite na unidade que estiverem na condição de arquivados provisoriamente sem decisão judicial, retomando a marcha processual e os controles de paralização dos feitos.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA IV:** Sobre o questionamento deste item a respeito da inobservância da Nota Técnica veiculada por meio do Oficial de Justiça, **RECOMENDA-SE** a observância dos ditames da Nota Técnica veiculada pelo **Ofício-Circular nº 048/2022-CGJ**, não podendo haver provimentos judiciais, tampouco movimentos de baixa processual sem a retirada da suspensão.

**6.2. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados e destinados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**CNJ** CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

**Bens Apreendidos**

Usuário: PAULO SÉRGIO OLIVEIRA

Principal Cadastrar Pesquisar Vincular Relatórios Contato [Manual](#) [Voltar](#) [Sair](#)

### Pesquisar Bens

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

1º GRAU - TJPA

Comarca: BREVES

Varas e Juizados Estaduais: 2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE BREVES

Bem Apreendido: Todos:

Destinação do Bem: **A Definir**

Descrição Complementar do Bem:

[Pesquisar](#) [Imprimir](#) [Imprimir Detalhado](#)

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
<b>Nenhum Bem encontrado</b>				

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** A Secretaria deve diligenciar no sentido de confirmar sobre a inexistência de bens sob guarda no Fórum ou na Delegacia, ainda que nos sistemas de bens apreendidos nada conste.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA II:** Considerando que na Inspeção foram visualizados bens materiais no Fórum, não cadastrados nos sistemas de bens apreendidos, da mesma foram visualizados bens na Delegacia, que segundo informações correspondem a bens referentes a processos judiciais, RECOMENDA-SE que a Diretora de Secretaria providencie o cadastro dos referidos bens no SISTEMA SNGB.

**6.3. É realizado o saneamento de classe e assunto das demandas em trâmite da unidade de modo que a classe esteja sempre no último nível e o assunto esteja, pelo menos, no terceiro nível? Apontar o número de processos pendentes de saneamento desta natureza constante da lista disponibilizada no Painel de Gestão Judiciária (SAN DATAJUD)**

O saneamento é feito por ocasião do cumprimento dos atos processuais, mas a unidade ainda registra **44 processos na categoria SAN DATAJUD.**

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Sobre a questão da utilização de classe e assunto, não exatamente com relação ao nível, mas quanto a correta utilização, **foram consignadas orientações no item 8.18**, as quais todos da equipe devem estar atenta quanto a utilização correta e retificação do acervo no que se refere a classe e assunto, no caso, especialmente analisadas as demandas de “Averiguação de Paternidade” em trâmite na unidade.



**6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e de quaisquer documentos que tenham natureza de comunicação?**

Em regra, as alterações/correções são feitas no momento da expedição dos mandados e na publicação dos atos.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** A rotina de trabalho com atualização de dados a cada mandado gera retrabalho e não permite a automação para expedição de mandados. Assim, deve ser priorizada a atualização de dados com a imediatividade, conforme peticionamento, via agrupadores, ou por ocasião da lavratura do termo de audiência. Desta forma, usando modelo-padrão de mandados, com variáveis, será possível expedir ato de comunicação automatizado.

Durante a Inspeção, **houve orientação da equipe da Corregedoria para que os dados sejam atualizados no sistema no momento que houver a comunicação da alteração de dados cadastrais**, seja por petição, atendimento presencial, audiência, certidão do oficial de justiça, entre outros. **Registre-se que nenhuma ordem judicial/mandado deve ser expedida com endereço no corpo do documento diverso do que esteja alimentado no sistema, tanto no que se refere a endereço de partes quanto de quaisquer das testemunhas.**

**6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?**

Petições avulsas são 1.819 não lidas, sendo a mais antiga de 10/03/2020.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** A equipe da CGJ orientou sobre a importância de vigiar a pasta Agrupadores para ter acesso às urgências, acordos, petições e todas as comunicações externas no processo, evitando que casos urgentes e com prioridade acabem paralisados por desconhecimento da unidade, bem como para que os advogados não precisem recorrer ao balcão de atendimento para pedir habilitações no PJE, conclusão de petições, homologações de acordo, desistência ou análise de pedidos urgentes por desconhecimento da unidade.

**6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?**

Sim.

**6.7. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?**

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** Em consulta ao PJE, pelo perfil de Diretor de Secretaria, não constam processos em tarefa de migração do sistema LIBRA.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA II:** Em consulta ao acervo ativo no Painel de Gestão Judiciária, restou verificada a existência de cinco processos como ainda estando no sistema LIBRA:



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Lista de processos no acervo ativo da unidade

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSIFICAÇÃO
00012121920068140010	2006	EM ANDAMENTO	LIBRA	283	Ação Penal - Procedimento Ordinário
00060465720138140010	2013	EM ANDAMENTO	LIBRA	1727	Petição Criminal
01116478120158140010	2015	EM ANDAMENTO	LIBRA	335	Carta de Ordem Criminal
00026406220128140010	2012	JULGADO	LIBRA	279	INQUÉRITO POLICIAL
00075935920188140010	2018	EM ANDAMENTO	LIBRA	1288	Transferência Entre Estabelecimentos

Em consulta às referidas numerações no sistema Pje não aparecem registros. Por outro lado, em consulta ao sistema, **pelo que deve ser realizada a imediata migração dos referidos processos, com as providências seguintes para a regularidade de tramitação, e, no caso de ser certificado já ter sido feita a migração ou de impossibilidade de realiza-la, encaminhar expediente via Siga-Doc ao DPGE para identificação do ocorrido e orientação quanto ao procedimento a ser adotado.**

**6.8. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?**

29 (vinte e nove) processos

**6.9. Print de tela contendo toda a barra de tarefas da secretaria da unidade**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

☑ Tarefas		3403
Filtros	<a href="#">GAB</a> <a href="#">SEAJ</a> <a href="#">SEINP</a> <a href="#">SEPOD</a> <a href="#">SESUD</a>	▼
Avaliar ato proferido de julgamento		12
Aguardando apreciação em regime de plantão		2
Aguardando apreciação pela instância superior		109
Aguardando o pagamento de custas iniciais		13
Aguardando publicação no DJEN		2
Aguardando retorno dos correios		43
Aguardar realização de audiência		90
Analisar manifestação parcial		1
Analisar suspensão ou sobrestamento		5
Apreciar segredo de justiça		1
Arquivar processo		6
Arquivo provisório		120
Avaliar ato proferido de decisão		22
Avaliar ato proferido de despacho		181
Avaliar decisão em audiência		1
Avaliar decisão sobre justiça gratuita		91
Avaliar decisão sobre liminar e tutela		1



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Avaliar decisão sobre liminar e tutela	1
Avaliar expedição de documento	27
Comunicação por correios frustrada	7
Comunicação realizada pelos correios	28
Confirmar minuta de documento	2
Cumprir determinação sobre desarquivamento	26
Cumprir liminar deferida	25
Custas não pagas	1
Designação de audiência	4
Erro na publicação no DJEN	3
Minutar análise de desarquivamento	1
Minutar apreciação de justiça gratuita	10
Minutar ato de decisão	596
Minutar ato de despacho	567
Minutar ato de julgamento	185
Minutar documento	13
Minutar levantamento de suspensão ou sobrestamento	1



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Minutar levantamento de suspensão ou sobrestamento	1
Preparar ato de comunicação simplificado	71
Preparar comunicação	15
Processo com prazo em curso	380
Processo suspenso com prazo	3
Processo suspenso sem prazo	2
Processo suspenso	284
Processos redistribuídos para esta unidade	6
Processos remetidos por declinação de competência	1
Recebimento de instância superior	5
Remeter ao 2o Grau	1
Selecionar central de mandados	1
Verificar providência a adotar	50
Verificar se houve trânsito em julgado	66
[CRIM] Aguardando apreciação pela instância superior	35
[CRIM] Aguardando inquérito	4
[CRIM] Aguardando prazo	66



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

---

[CRIM] Aguardando prazo	66
[CRIM] Aguardar realização de audiência	10
[CRIM] Analisar suspensão ou sobrestamento	5
[CRIM] Apensar processo(s)	1
[CRIM] Arquivar processo	1
[CRIM] Arquivo provisório	8
[CRIM] Confirmar ato de decisão	13
[CRIM] Confirmar ato de despacho	17
[CRIM] Confirmar ato de julgamento	11
[CRIM] Cumprir ato proferido de decisão	12
[CRIM] Cumprir ato proferido de despacho	34
[CRIM] Cumprir ato proferido de julgamento	2
[CRIM] Designação de audiência	6
[CRIM] Minutar ato de decisão inicial em flagrante	1
[CRIM] Minutar ato de despacho	5
[CRIM] Minutar ato de julgamento	8

---



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

[CRIM] Minutar ato de julgamento	8
[CRIM] Preparar ato de comunicação simplificado criminal	1
[CRIM] Preparar comunicação	1
[CRIM] Processo suspenso	25
[CRIM] Remeter ao 2o Grau	1
[CRIM] Selecionar central de mandados	4
[CRIM] Verificar manifestação	31
[CRIM] Verificar providência a adotar	20

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** O número total de processos distribuídos nas tarefas do PJE (3.403) é superior ao Acervo Total constante do Painel de Gestão Judiciária (3.264 – vide item 4.1), com uma diferença de aproximadamente 200 (duzentos) processos. **RECOMENDA-SE** à 2ª Vara Cível e Criminal de Breves que promova o cotejo do acervo do PJE com o do Painel de Gestão Judiciária e identifique as demandas que não estejam constando do acervo do Painel de Gestão Judiciária, com consequente expediente direcionado ao DPGE para que identifique o motivo e oriente acerca do procedimento a ser adotado para fins de ajuste.

## **7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:**

### **7.1. A Unidade adota modelo de mandado no PJE?**

Sim. Citação e intimação de audiência.

### **7.2. Há mandados pendentes de cumprimento/devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado? Quantos? Identifique-os.**

Sim. **660** mandados com prazo extrapolado, conforme disposto em relatório de painel gerencial de acompanhamento de mandados.

### **7.3. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?**

Em média, no cível com 60 (sessenta dias) para zona urbana e zona rural. Já nos criminais com 30 (trinta dia) para zona urbana e 40 dias para zona rural e comarcas diversas.

### **7.4. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria? (identifique os processos)**

Sim.



**7.5. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade (identifique os processos).**

Sim. Restou informado pela Diretora de Secretaria que estariam aguardando cumprimento de mandado, sendo que foram apresentadas as seguintes Reclamações Disciplinares (nº 0001609-88.2024.2.99.0814 e nº 0001607-21.2024.2.00.0814) junto à Corregedoria pelo Juiz da 2ª Vara de Breves, em desfavor de Oficiais de Justiça da comarca em razão de não cumprimento de mandado.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** a 2ª Vara de Breves possui um expressivo número de Cartas Precatórias em tramitação no acervo ativo que alcançam o quantitativo de 286 – o que corresponde a aproximadamente 10% do acervo a unidade, entre cartas precatórias cíveis e criminais distribuídas entre os anos de 2009, 2017 a 2014, inclusive 99 delas estão em conclusão ao gabinete do magistrado e se referem tanto a atos de comunicação quanto a atos constitutivos (conforme assuntos cadastrados no sistema PJE e constantes da Planilha do Painel de Gestão Judiciária) e não restou demonstrado pela equipe da unidade efetivo controle de prazo destas cartas, mormente aquelas que se encontrem há mais de ano em tramitação na unidade. Restou verificado que boa parte destas Cartas Precatórias se referem a processos de Execução Fiscal em trâmite na 7ª Vara da Justiça Federal de Belém.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA II:** Deve ser traçado plano conforme as finalidades das cartas precatórias, realizando ato judicial semanal em lote e, caso necessário, cumprimento pelo oficial de justiça. Observar o pagamento de custas.

**8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:**

**8.1. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?**

Nenhuma, em razão das férias do juiz titular

**8.2. As audiências estão sendo cadastradas no PJE pelo gabinete no momento da designação? Quais os tipos de audiências realizados pela unidade, conforme nomenclatura do PJE?**

A secretaria está cadastrando as audiências, sendo cadastradas audiências de instrução e julgamento, conciliação e justificação.

**8.3. Para qual data está pautada a audiência mais distante?**

12/11/2025, que é Sessão do Júri – 0800063-50.2021 – desafortado de Bagre.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** Verifica-se que a designação de Sessão do Tribunal do Júri é feita para período posterior a 21 (vinte e um) meses, ou seja, quase dois anos após a marcação da sessão do Júri, alterando muito o tempo de tramitação de demandas desta natureza. **RECOMENDA-SE** a realização de pelo menos 03 (três) sessões de júri mensal a partir do segundo semestre, até que se regularize a situação da unidade.

**ANEXO – PAUTAS DE SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI ANOS 2022, 2023, 2024**



**8.4. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?**

Sim, são 33 processos

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Processo com prioridade nunca podem alcançar 100 dias de paralização, pelo que **RECOMENDA-SE AO JUIZ** que promova a movimentação de todos os processos com prioridade que estejam conclusos no gabinete no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**8.5. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 3 meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?**

O Plano de Ação da unidade não possui a previsão do quantitativo de atos judiciais a serem proferidos nos meses seguintes, o que permite identificar a necessidade de melhoria no Planejamento das atividades desenvolvidas e nas informações disponibilizadas no Plano de Ação, sob pena de se tornar dificultoso o atingimento das Metas, especialmente Metas 1 e 2.

**8.6. Quando identificada possibilidade de conciliação entre as partes é designada audiência de conciliação?**

Sim, em regra, são designadas audiências de conciliação, exceto se a parte declarar expressamente que não tem interesse na conciliação.

**8.7. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?**

Não.

**8.8. Foram identificados despachos/decisões com a data de audiência em branco? (Análise de 05 processos por amostragem).**

Todos os despachos de processos analisados constam a data designando audiência, incluída pelo gabinete por ocasião do despacho.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Nos processos abaixo analisados (item 8.9) pela equipe da CGJ não foram identificadas decisões que não constassem a data designada pelo magistrado.

**8.9. Foram designadas audiências com período superior a seis meses entre a data do ato judicial de designação e a data marcada para realização? (Análise de 05 processos por amostragem).**

Sim, sendo os processos:

**0000056-03.2004.814.0010** – Decisão datada de 12.09.2023 designando sessão do júri para 02.10.2024;

**0000702-38.2020.814.0079** – Decisão datada de 02.10.2023 designando sessão do júri para 19.11.2024;

**0002315-24.2011.814.0010** - Decisão datada de 02.10.2023 designando sessão do júri para 20.11.2024;

**0000624-19.2004.814.0010** - Decisão datada de 31.10.2023 designando sessão do júri para 30.07.2025.



**0802344-21.2023.814.0010 – AÇÃO DE ALIMENTOS –** Decisão datada de 01.12.2023 designando audiência de instrução para 28.05.2024, logo em seguida redesignada para 04.06.2024 em face de necessidade de readequação da pauta.

**8.10. Quantos processos foram baixados no mês anterior?**

121 processos no mês de março de 2024 (vide print de tela no item 4.2)

**8.11. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento? Há crianças acolhidas há mais de 18 meses?**

PREJUDICADO em razão da competência da unidade

**8.12. Constatam crianças/adolescentes com pendências para solução imediata no SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento)? Identifique os processos.**

PREJUDICADO em razão da competência da unidade

**8.13. Quantos processos de destituição do poder familiar tramitam na unidade há mais de 120 dias? Identifique os processos.**

PREJUDICADO em razão da competência da unidade

**8.14. Quantos processos de adoção tramitam na unidade há mais de 240 dias. Identifique os processos.**

PREJUDICADO em razão da competência da unidade

**8.15. Qual a data da última comunicação expedida à CEJAI para colocar a criança à disposição de adoção internacional? Após o retorno da CEJAI com que frequência é realizada a Busca Ativa no SNA?**

PREJUDICADO em razão da competência da unidade

**8.16. Quantos adolescentes estão internados provisoriamente? Há algum com prazo superior a 45 dias? Como é feito o controle dos adolescentes que estão em cumprimento de internação provisória? Anexar listagem/planilha.**

PREJUDICADO em razão da competência da unidade

**8.17. Como é feito o acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100 (cem) dias sem movimentação? É utilizada a listagem do PGJ (Painel de Gestão Judiciária)?**

É utilizada a ferramenta disponível no PJe + R, para acompanhar o decurso de dias após cada ato processual com criação de etiquetas e marcação em favoritos no painel “minhas tarefas”.

**8.18. Indicar as datas marcadas para projeto de conciliação da própria unidade judicial, independente das Semanas Estadual e Nacional de Conciliação.**

Não existem datas marcadas, mas são designadas audiências de conciliação semanalmente, ou seja, todas as sextas-feiras são realizadas audiências de conciliação.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Embora a 2ª Vara Cível e Criminal seja a que



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

tem a competência predominantemente cível na comarca de Breves. Sobre a questão importante pontuar que a unidade possui a competência 'Família'.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA II.** :Em análise do acervo da unidade restou verificado a existência de 221 (duzentos e vinte e um) processos nas classes "Alimentos", "Divórcio Litigioso", "Alimentos Provisionais" e "Execução de Alimentos", dos quais 197 (cento e noventa e sete) se encontram na condição de "em andamento", e, destes, 23 (vinte e três) tem data de distribuição anteriores ao ano de 2022.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA III:** Restou verificado ainda a existência de 41 (quarenta e um) feitos classificados como "Averiguação de Paternidade", dos quais 37 (trinta e sete), se encontravam na situação "em andamento". Sobre tais feitos, especificamente, em consulta ao processo nº 00005412220128140010, por amostragem, restou identificado que se trata de Ação de Investigação de Paternidade, portanto, classificado erroneamente e não retificado pela equipe da unidade. **FICA ORIENTADA A EQUIPE DA UNIDADE, que uma vez identificada a classificação incorreta da demanda, deve proceder a retificação para melhor gestão da unidade,** bem como evitar estatísticas incorretas, inclusive com relação às metas nacionais, salientando que "**Averiguação de Paternidade**" se trata de procedimento previsto na Lei n.º 8.560/92, Art. 2º.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA IV:** Diante do panorama traçado, **RECOMENDA-SE AO JUIZ DA UNIDADE** que avalie o desenvolvimento de projeto de conciliação na área de família a ser desenvolvido pela 2ª Vara de Breves, com auxílio do NUPMEC.

### 8.19. Informar critérios utilizados para a seleção de processos para conciliação e mediação.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** Durante a inspeção restou observado que a unidade não possui critérios para designação de conciliações, limitando-se ao requerimento das partes. **ORIENTA-SE O JUIZ** da Unidade que, sem prejuízo de designação de audiências a requerimento das partes, que estabeleça critérios para designação de audiências de conciliação, inclusive nas semanas estadual e nacional e outros projetos que desenvolvidos pela unidade, podendo levar em consideração o quantitativo de feitos daquela natureza em tramitação no acervo e as peculiaridades locais.

## CRIMINAL:

### 9. ROTINA CRIMINAL

#### 9.1. Sobre o fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

- a. ( ) Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. ( X ) Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- c. ( X ) Movimentação processual;
- d. ( X ) Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- e. ( ) Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- f. ( X ) controle dos prazos e imediata certificação;
- h. ( X ) Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
- i. ( X ) Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba "Informações Criminais".

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** A Diretora de Secretaria informou que o fluxo processual é feito por todos os servidores, sem um momento específico. Explicou que é à medida que manuseiam os autos.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA II:** Durante a inspeção foi verificado, por amostragem, o cumprimento de alguns dos fluxos, nos processos abaixo listados:

**0001337-86.2007.814.0010** - Inquérito Policial – Art. 121, § 2º, I, c/c art. 14, II e art. 29, todos do CPB. Em 23.8.2022 extinta a punibilidade do réu I.R.R em razão da prescrição. **Assunto não está registrado de acordo com a TPU do CNJ, devendo ser cadastrado o assunto principal. Não há nenhuma informação inserida na aba informações criminais.** Inquérito em tramitação desde o ano de 2007.

**0000052-39.1999.814.0010** - Ação Penal – Art. 121, § 2º, II e IV do CPB. Em 6.10.2021 extinta a punibilidade do réu I.B.C. em razão da prescrição. **Assunto não está registrado de acordo com a TPU do CNJ, devendo ser cadastrado o assunto principal. Não há nenhuma informação inserida na aba informações criminais.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**PJe** Juri 0000052-39.1999.8.14.0010  
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ X A

DADOS DA INVESTIGAÇÃO

EVENTOS

Local do Fato

Data do Fato  
Cep:  
Logradouro:  
UF:  
Município:  
Bairro:  
Número:  
Complemento:  
Latitude:  
Longitude:  
Local do Fato:

Procedimentos

**Verificou-se que alguns fluxos marcados não estão sendo realizados, devendo a Unidade cumprir a Instrução Normativa 2/2024-CGJ.**

**9.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? (Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local).**

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** A Diretora de Secretaria informou que não têm fluxo processual nesse sentido porque nunca houve procedimentos dessa natureza na Unidade.

**RECOMENDA-SE** que o magistrado em hipótese de recebimento de informações dessa natureza faça o devido controle, estabelecendo fluxo de trabalho.

**9.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? (Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)**

O atendimento ao público é realizado de forma mista, ou seja, presencial e virtual, com a estagiária designada para atendimento ao público presencial. Além disso, os demais meios de atendimento virtual são: balcão virtual, e-mail e WhatsApp

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** A Diretora de Secretaria informou que geralmente quem atende presencialmente é a estagiária Paula Glenda. Os atendimentos no balcão virtual e WhatsApp são feitos pela Diretora Ana Carolina Carneiro e pelo servidor cedido da Prefeitura José Humberto, mas frisa, que na impossibilidade de algum deles, todos realizam o atendimento.



**9.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? (Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação)**

São 09 processos, sendo 10 presos provisórios. Os processos são etiquetados com a frase RÉU PRESO, bem como assinalado a etiquetas na cor vermelha no PJe + R. Além disso, temos um formulário contendo o nome, data da prisão, número do processo e última movimentação.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Verificou-se que no dia da inspeção (17/4/2024) havia 10 presos provisórios. No BNMP constavam 16 presos provisórios e no PJe, pesquisando-se pela etiqueta réu preso, constavam 28 processos e alguns ainda vinculados à 1ª Vara de Breves. Verificou-se ainda que a pesquisa pela etiqueta “réu preso - prisão civil”, foram identificados 7 presos civis, enquanto no BNMP constam 3 presos civis.

**IMPRESINDÍVEL** que a **Secretaria realize IMEDIATA revisão da planilha de controle de presos e da constante no BNMP, a fim de compatibilizar os dados.** Também é necessário um controle por etiquetas no PJE, de modo a refletir a realidade de presos da Unidade. Abaixo constam os *prints* do BNMP, PJE (etiquetas). A lista de controle de presos provisórios da Unidade está em anexo ao relatório.

## ANEXO – PLANILHA DE CONTROLE DE PRESOS PROVISÓRIOS

TELA BNMP:

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Orgão Logado: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Página Inicial | Pessoas | Peças | Relatórios | Dashboard | Alertas

Data Inicial: \_\_\_\_\_ Data Final: \_\_\_\_\_

Órgão: 2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE BREVES | Buscar Órgãos Vinculados:  | Sexo: \_\_\_\_\_

Tipo de Peça: \_\_\_\_\_ | Status: \_\_\_\_\_

X Limpar | Pesquisar

0 Internados	109 Presos	Outros Status:
0 Internado Provisório	<b>16 Preso Provisório</b>	0 Procurado
0 Internado Execução Provisória	3 Preso Civil	8 Foragido
0 Internado Execução Definitiva	36 Preso Condenado em Execução Provisória	0 Morto
	54 Preso Condenado em Execução Definitiva	0 Em liberdade

Resultado da pesquisa



**PJe**

**ETIQUETAS**

- PRESO EM CUMPRIMENTO AO MANDADO DE PRISÃO CÍVEL**
- Preso por outro processo**
- RÉU PRESO**
- RÉU PRESO - PRISÃO CIVIL**

Encontrados **28** processos.

**APOrd** **Feminicídio**  
/ 1ª Vara Cível e Criminal de B...  
DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE...  
**ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO:** JU...  
**RÉU PRESO** x

**CartPrecCrim** **Intimação**  
/ 1ª Vara Cível e Criminal de B...  
COMARCA DE GURUPÁ X JUIZO...  
**ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO:** AR...  
**AUDIÊNCIA MARCADA - FAZE**

**APOrd**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

A captura de tela mostra a interface do sistema PJe. No topo, há o menu de etiquetas com o texto "ETIQUETAS" e uma barra de busca contendo o termo "preso". Abaixo da barra de busca, há uma lista de etiquetas com ícones de estrela, lixeira e chave. A etiqueta "RÉU PRESO - PRISÃO CIVIL" está destacada com um retângulo vermelho. À direita, há uma seção "Encontrados 7 processos." com três resultados de busca. Cada resultado mostra o tipo de processo (APri), o título (Prisão Decorrente de Sentença Condenatória), o juiz (2ª Vara Cível e Criminal de Breves / Juiz de Direito), a delegacia (DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE BREVES X) e a última movimentação (JUNTADA DE PETIÇÃO DE TERM). A etiqueta "RÉU PRESO - PRISÃO CIVIL" aparece em um botão de cada resultado. O primeiro resultado também mostra "ExTiEx Alimentos".

9.5. Por amostragem, verificar se há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias. (Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias? (artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Verificou-se que pela listagem de réus presos fornecida pela Unidade, a prisão mais antiga é de 14/1/2023, estando o processo concluso para sentença de pronúncia/impronúncia (Processo 0800160-92.2023.814.0010). Portanto, **existem processos envolvendo presos provisórios tramitando há mais de 180 dias na 2ª Vara de Breves.**

Verificando-se, ainda, por amostragem os seguintes processos,  
0800160-92.2023.8.14.0010 - Última revisão da prisão em 1/12/2023.  
0800535-93.2023.8.14.0010 - Última revisão da prisão em 27/3/2023.  
0013263-44.2019.8.14.0010 - Última revisão da prisão em 18/7/2023,

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** A partir da amostragem acima, constatou-se que a Unidade precisa proceder a revisão da necessidade da prisão a cada 90



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

(noventa) dias a revisão da prisão não está obedecendo o prazo de 90 dias.

**RECOMENDA-SE** que a Unidade proceda a revisão da necessidade das prisões a cada 90 (noventa) dias, nos termos do parágrafo único do art. 316 do CPP. Assim como, tenha celeridade no julgamento dos processos de réus presos provisórios, observando-se a recomendação conjunta 05/2018-CJRMB/CJCI, que estabelece a necessidade de observância do princípio constitucional da razoável duração do processo.

**9.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento?** *(Diretriz Estratégica n. 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entra a data da prisão e o julgamento)*

Em média 10 meses.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** A partir da visualização do número de dias em que a pessoa está presa – coluna de data da prisão preventiva na planilha de controle de presos provisórios – verifica-se que em alguns deles já foi ultrapassado os 10 meses de tramitação do processo desde a data da prisão.

**ANEXO - PAUTA DE SESSÕES JÚRI EXTRAÍDA PJE ANO 2022**

No ano de 2022, das 20 sessões agendadas, apenas 15 realizadas.

**ANEXO - PAUTA DE SESSÕES JÚRI EXTRAÍDA PJE ANO 2023**

No ano de 2023, das 13 sessões agendadas, apenas 10 realizadas.

**ANEXO - PAUTA DE SESSÕES JÚRI EXTRAÍDA PJE ANO 2024**

No ano de 2024 designadas 12 sessões do Tribunal do Júri, sendo que a última está agendada para novembro de 2024. Até então realizadas 02 (duas) sessões e 01 (uma) redesignada).

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Restou verificado que o magistrado designa apenas uma sessão do Tribunal do Júri por mês numa comarca como Breves, que é 2ª entrância, sede de Pólo de Região Judiciária.

**RECOMENDA-SE** QUE o JUIZ da 2ª Vara Cível e Criminal de Breves, que naquela localidade possui competência privativa para os feitos do Tribunal do Júri, que haja um incremento no número de sessões de Tribunal do Júri por mês na comarca de Breves, até que a pauta esteja compatível com o interstício de 06 (seis) meses entre a data da decisão de designação e a data de realização da sessão do Tribunal do Júri. Desde já fica consignado para a equipe da 2ª Vara de Breves que todas as Sessões do Tribunal do Júri devem estar marcadas no sistema PJE.

**9.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP? (Anexar cópia do último relatório)**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

UCR Breves, Delegacia de Polícia Civil de Breves e DEAM/DEAC Breves

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Durante a inspeção foi verificado que ainda não foi preenchida a inspeção referente a março/2024, em nenhum dos estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo. RECOMENDA-SE QUE O JUIZ alimente imediatamente os dados da inspeção carcerária referente aos meses de março e abril de 2024 e mantenha a alimentação do CNIEP criteriosamente em dia, tendo em vista se tratar do Corregedor de Presídios da comarca.

Prints de tela do CNIEP abaixo:

A captura de tela mostra a interface do sistema CNIEP (Cadastro Nacional de Inspeções Penais) do Conselho Nacional de Justiça. O cabeçalho contém o logo do CNJ e o título "Inspeções Penais". Abaixo, há uma barra de navegação com opções: Principal, Cadastrar, Retificar, Pesquisar, Relatórios, Contato, Manual e Sair. O conteúdo principal é o formulário "LISTAGEM DE INSPEÇÃO", que contém campos para filtrar os dados por esfera (Estadual), tribunal (Tribunal de Justiça do Estado do Pará), grau (1º Grau - TjPA) e comarca (BREVES). Há também campos para situação (ATIVO), estabelecimento penal (CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE BREVES), ano (2024), mês (..TODOS(AS)..) e condições estabelecidas (..TODOS(AS)..). Abaixo do formulário, há um botão "Pesquisar" e uma tabela com duas linhas de dados. A tabela possui as seguintes colunas: Mês/Ano, Responsável, Orgão, Estabelecimento e Recibo. O rodapé da página indica "Número de registros: 2" e "Página 1 de 1".

Mês/Ano	Responsável	Orgão	Estabelecimento	Recibo
Fevereiro/2024	USU54B5463C343C2	BREVES	CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE BREVES	Imprimir
Janeiro/2024	USU54B5463C343C2	BREVES	CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE BREVES	Imprimir



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Inspeções Penais

Principal Cadastrar Retificar Pesquisar Relatórios Contato Manual | Sair

LISTAGEM DE INSPEÇÃO

Esfera: Estadual  
Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
1º Grau - Justiça Estadual: 1º Grau - TJPA  
Comarca:  
BREVES  
Situação: ATIVO  
Estabelecimento Penal: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL (SUPERINTENDÊNCIA)  
Ano: 2024  
Mês: ..TODOS(AS):  
Condições Estab.: ..TODOS(AS):  
Considerações:   
Providências:

Pesquisar

Mês/Ano	Responsável	Orgão	Estabelecimento	Recibo
Fevereiro/2024	USU54B5463C343C2	BREVES	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL (SUPERINTENDÊNCIA)	Imprimir
Janeiro/2024	USU54B5463C343C2	BREVES	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL (SUPERINTENDÊNCIA)	Imprimir

Número de registros: 2

Página 1 de 1



Inspeções Penais

Principal Cadastrar Retificar Pesquisar Relatórios Contato Manual | Sair

LISTAGEM DE INSPEÇÃO

Esfera: Estadual  
Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
1º Grau - Justiça Estadual: 1º Grau - TJPA  
Comarca:  
BREVES  
Situação: ATIVO  
Estabelecimento Penal: DELEGACIA DE CRIME CONTRA INTEGRIDADE DA MULHER  
Ano: 2024  
Mês: ..TODOS(AS):  
Condições Estab.: ..TODOS(AS):  
Considerações:   
Providências:

Pesquisar

Mês/Ano	Responsável	Orgão	Estabelecimento	Recibo
Fevereiro/2024	USU54B5463C343C2	BREVES	DELEGACIA DE CRIME CONTRA INTEGRIDADE DA MULHER	Imprimir
Janeiro/2024	USU54B5463C343C2	BREVES	DELEGACIA DE CRIME CONTRA INTEGRIDADE DA MULHER	Imprimir

Número de registros: 2

Página 1 de 1

**10. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIIS E PRISÕES – BNMP:**

**10.1. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos**



termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

Sim, por meio da análise dos processos de execução penal e dos processos com presos provisórios.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Observou-se no item 9.4 deste relatório que os dados de controle de presos da unidade e os registrados no BNMP estão incongruentes. Há necessidade de **IMEDIATA** compatibilização dos dados para refletir a realidade da Unidade, tal como já recomendado no item 9.4.

A captura de tela mostra a interface de busca do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No topo, há o logo do CNJ e o nome "CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA". À direita, indica-se "Orgão Logado: Tribunal de Justiça do Estado do Pará". Abaixo, há uma barra de navegação com ícones para "Página Inicial", "Pessoas", "Peças", "Relatórios", "Dashboard" e "Alertas". O formulário de busca contém campos para "Data Inicial", "Data Final", "Órgão" (com o valor "2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE BREVES"), "Sexo", "Tipo de Peça" e "Status". Há botões para "Limpar" e "Pesquisar". Abaixo do formulário, há uma seção "Resultado da pesquisa" com três colunas: "0 Internados", "109 Presos" e "Outros Status:". A coluna "109 Presos" está expandida, mostrando: "16 Preso Provisório", "3 Preso Civil", "36 Preso Condenado em Execução Provisória" e "54 Preso Condenado em Execução Definitiva". A coluna "Outros Status:" mostra: "0 Procurado", "8 Foragido", "0 Morto" e "0 Em liberdade".

10.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

Em regra, sim.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Embora tenha sido relatado pela equipe que, em regra, observa o prazo de cinco dias, restou verificado que nos autos nº 000001-90.2020.814-0010 há pendência de expedição de guia (regime aberto).

**Exemplo por amostragem de processos com réus presos quando da realização da sessão de Júri:**

- KELIANE GONCALVES NUNES- 0000211-83.2016.814.0010, sessão realizada no dia 19/09/2017, guia provisória 13/11/2017. **Guia definitiva expedida em 12/5/2023, porém não juntada no processo de conhecimento.**
- DERIVAN GONCALVES DA SILVA- 0000211-83.2016.814.0010, sessão realizada no dia 19/09/2017, guia provisória 13/11/2017. Guia definitiva expedida em 12/5/2023



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- SIMEAO BISPO DOS SANTOS- 0002170-84.2019.814.0010 sessão realizada no dia 26/10/2021, e guia de execução provisória expedida em 27/10/2021. Guia definitiva expedida em 12/5/2023.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Dos processos verificados por amostragem, nota-se que não houve o cumprimento do prazo estabelecido na Resolução nº 113 para fins de expedição de Guia, pelo que **RECOMENDA-SE** ao JUIZ e equipe, estrita observância aos ditames estabelecidos na Resolução nº 113-CNJ, especialmente no que se refere ao prazo para expedição da Guia de Recolhimento definitiva ou Provisória.

**10.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ?**

Sim

**10.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?**

Não.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** A Unidade informou que é feita a consulta no BNMP e no Infopen.

**10.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(iza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?**

Sim.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** A Diretora de Secretaria informou que até a presente data, não houve problema para cumprimento de alvará de soltura, pois tem contato direto com a Direção da Casa Penal de Breves.

## **11. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:**

**11.1. Qual a data da última verificação do prazo prescricional dos processos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? (Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal).**

15/03/2023.

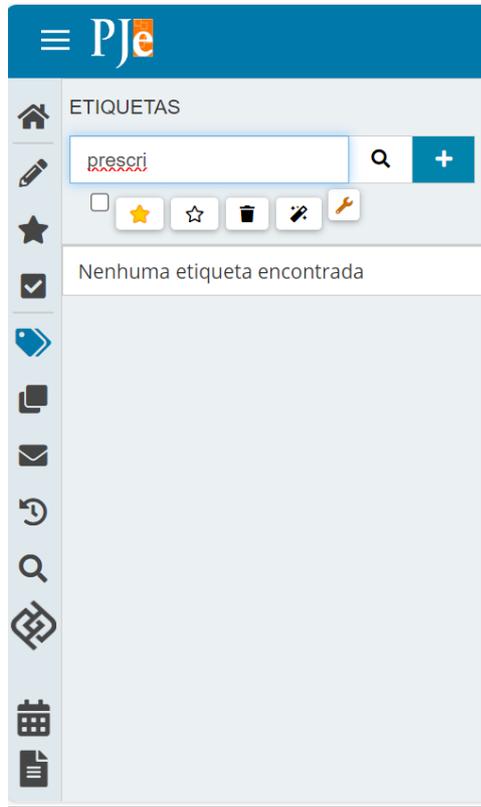
**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Verificou-se no PJe que não há nenhuma etiqueta para controle do prazo prescricional e que a unidade não realiza controle do prazo prescricional dos processos. IMPRESCINDÍVEL que qualquer unidade judicial com competência criminal possua controle efetivo de prazo da prescrição de todos os feitos criminais, inclusive dos suspensos, pelo RECOMENDA-SE AO JUIZ e equipe que utilize o controle por ano/mês, tudo para que a unidade mantenha gestão do acervo de forma a evitar a ocorrência de extinção da punibilidade pela prescrição dos



processos criminais.

O controle deve ser feito através de etiquetas.

Abaixo segue print de tela do PJE da Unidade para demonstrar que não é feito o controle do prazo prescricional:



**11.2. Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB? (Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)**

01/04/2024.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Por amostragem foram verificados os processos que seguem, em que se verifica que não é feito o efetivo cumprimento do provimento 15/2009-CJRMB:

Seguem os processos: 0000021-52.2018.814.0010 – Suspenso em 14/6/2023. Não há verificação após essa data.

0001269-39.2007.814.0010 - Suspenso em 29/8/2014. Não há verificação após essa data.

0001147-40.2018.814.0010 - Suspenso em 15/6/2023. Não há verificação após essa data.

Recomenda-se que a Unidade faça o efetivo controle dos processos constantes da lista de processos suspensos, devendo fazer a verificação individualizada dos feitos



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

suspensos no que se refere à autuação correta da classe/assunto. Assim como, efetuar o cumprimento do provimento 15/2009-CJRMB.

**12. EXECUÇÃO PENAL:**

*(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial com competência privativa)*

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** A Unidade executa regime fechado e aberto.

A Unidade executa o regime fechado dos municípios: Breves, Melgaço, Bagre, Afuá, Anajás, Gurupá, Portel, São Sebastião da Boa Vista, Chaves.

A Unidade possui perfil de Corregedoria de Presídio, onde há um feito ativo (2005136-35.2023.8.14.0401) que necessita ser deliberado pelo Juízo.

No perfil de pena de multa não há nenhuma execução ativa cadastrada

**ANEXO - relatório de inconsistência do SEEU identificada em 17/04/2024**

**12.1. Dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado- SEEU:**

**Data do preenchimento dos dados: 17/04/2024**

<b>PERFIL NO SEEU</b>	<b>Regime fechado e semiaberto</b>	<b>Penas e Medidas Alternativas e restritivas de direito</b>
Total de Execuções Ativas:	230	97
Intimações pendentes na Secretaria – COM URGÊNCIA	00	00
Análise de juntadas - Juntadas para realizar com URGÊNCIA	00	00
Análise de juntadas – Retorno de conclusão com URGÊNCIA	00	00
Análise de juntada – processos aguardando recebimento no Distribuidor	00	01
Processos com pendência de implantação*	05	04
Processos com inconsistências*	41	04
Total de processos conclusos	14	01 – conclusos em 15/04/2024
Total de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.	00	00



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Abaixo segue print de tela de todos os perfis da Vara de Execução Penal de Breves:

**EXECUÇÃO DE PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE:**

Vara de Execução de Penas Privativas de Liberdade de Breves

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estatísticas Cadastro Outros

Mesa do(a) Analista Judiciário

Início Pendências de Incidentes Estatísticas Intimações Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

A vencer	Vencidos	Instaurados e Pendentes de Decisão
Progressão para Semiaberto: 2	Progressão para Semiaberto: 5	Instaurados até 30 dias: 6
Progressão para Aberto: 0	Progressão para Aberto: 1	Instaurados entre 30 e 60 dias: 0
Livramento Condicional: 0	Livramento Condicional: 5	Instaurados entre 60 e 90 dias: 2
Indulto: 0	Indulto: 0	Instaurados há mais de 90 dias: 12
Comutação: 0	Comutação: 0	
Prescrição Executória: 0	Prescrição Executória: 4	
Término de Pena: 1	Término de Pena: 24	
Medida de Segurança: 0	Medida de Segurança: 0	
Liberação Condicional: 0	Liberação Condicional: 0	
Transferência entre Estabelecimentos Prisionais: 0	Transferência entre Estabelecimentos Prisionais: 0	

Vara de Execução de Penas Privativas de Liberdade de Breves

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estatísticas Cadastro Outros

Início Pendências de Incidentes Estatísticas Intimações Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

Dados do Juízo

Nome: Vara de Execução de Penas Privativas de Liberdade de Breves

**Execuções Ativas**

Total de Processos: 230

PROCESSOS PARALISADOS (+30 DIAS)	PROCESSOS AGUARDANDO	PROCESSOS EM REMESSA
Secretaria: 0	Cumprimento de pena privativa de liberdade: 126	Em Remessa: 0
Incidente pendente de julgamento: 7	Cumprimento de pena alternativa: 0	Em Remessa (exceto processos concluídos): 0
Incidente vencido: 28		
Cumprimento de pena interrompido: 14		
Processos extintos aguardando arquivamento: 0		

Fila do BNMP

Total de Registros: 0



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

seeu CNI Vara de Execução de Penas Privativas de Liberdade de Breves

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estatísticas Cadastro Outros

### Conclusões

Tipo do Número:  Número Único  Número Antigo

Número do Processo:

Tipo de Conclusão:

Responsável:

Agrupador:

Situação:  Com o magistrado  Aguardando análise do cartório

Pessoalidade:  Privativa  Não Privativa  Todas

Responsável pela Conclusão:  Juiz Leigo  Juiz Togado  Ambos

Bloqueados:  Sim  Não  Ambos

Sequencial:

Data:  até

14 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 14

Analisar	Dt. Remessa	Processo / Classe	Seq.	Tipo de conclusão	Privativa	Responsável	Pré-análise
<input type="checkbox"/>	09/04/2024 12:25	0008276-19.2020.8.14.0401 ExPe	289	DECISÃO	Sim	Andrew Michel Fernandes Freire	DE DIV
<input type="checkbox"/>	09/04/2024 12:29	0004226-18.2018.8.14.0401 ExPe	456	SENTENÇA	Sim	Andrew Michel Fernandes Freire	SE SO DA

seeu CNI Vara de Execução de Penas Privativas de Liberdade de Breves

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estatísticas Cadastro Outros

### Mesa do(a) Analista Judiciário

Início Pendências de Incidentes Estatísticas Intimações **Análise de Juntadas** Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

#### Com Urgência

Juntadas: 0

Retorno de Conclusão: 0

#### Para Realizar

Juntadas: 236

Retorno de Conclusão: 1

Mandados aguardando análise de retorno: 1

Cartas Precatórias Eletrônicas aguardando análise de retorno: 0

Comunicações aguardando retorno: 0

Recurso de Agravo aguardando envio à 2ª Instância: 0

Mandados aguardando publicação: 0

Mandados de Prisão cumpridos e aguardando análise de juntada: 0

Mandados a prescrever em até 15 dias: 0

Prestações Pecuniárias(Guia de Recolhimento de Custas) em atraso: 0

Prestações Pecuniárias(Guia de Recolhimento de Custas) em análise: 0

Processos Aguardando Recebimento no Distribuidor: 0

Movimentação de Audiências Pendentes: 7

seeu CNI Vara de Execução de Penas Privativas de Liberdade de Breves

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estatísticas Cadastro Outros

### Mesa do(a) Analista Judiciário

Início Pendências de Incidentes Estatísticas **Intimações** Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

#### Com Urgência

Intimações: 0

Intimações para Peritos/Oficiais: 0

#### Para Conferir

Intimações: 0

#### Para Expedir

Intimações: 0

Intimações para Peritos/Oficiais: 0

#### Para Assinar

Intimações: 0

#### Decurso de Prazo

Intimações: 11

Intimações para Peritos/Oficiais: 0



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

seeu CNI Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas e Restritiva...

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estadísticas Cadastro Outros

### Mesa do(a) Analista Judiciário

Início Pendências de Incidentes Cumprimentos de Medidas Estatísticas Intimações Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

**Dados do Juízo**  
Nome: Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas e Restritivas de Direito de Breves

**Execuções Ativas**  
Total de Processos: 27

PROCESSOS PARALISADOS (+30 DIAS)	PROCESSOS AGUARDANDO	PROCESSOS EM REMESSA
Secretaria: 1	Cumprimento de pena privativa de liberdade: 28	Em Remessa: 0
Incidente pendente de julgamento: 1	Cumprimento de pena alternativa: 2	Em Remessa (exceto processos concluídos): 0
Incidente vencido: 2		
Cumprimento de pena interrompido: 15		
Processos extintos aguardando arquivamento: 0		

**Fila do BNMP**  
Total de Registros: 0

## PERFIL DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS:

seeu CNI Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas e Restritiva...

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estadísticas Cadastro Outros

### Mesa do(a) Analista Judiciário

Início Pendências de Incidentes Cumprimentos de Medidas Estatísticas Intimações Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

A vencer	Vencidos	Instaurados e Pendentes de Decisão
Progressão para Semiaberto: 0	Progressão para Semiaberto: 0	Instaurados até 30 dias: 1
Progressão para Aberto: 0	Progressão para Aberto: 0	Instaurados entre 30 e 60 dias: 0
Livramento Condicional: 0	Livramento Condicional: 0	Instaurados entre 60 e 90 dias: 0
Indulto: 0	Indulto: 0	Instaurados há mais de 90 dias: 2
Comutação: 0	Comutação: 0	
Prescrição Executória: 1	Prescrição Executória: 1	
Término de Pena: 0	Término de Pena: 4	
Medida de Segurança: 0	Medida de Segurança: 0	
Liberção Condicional: 0	Liberção Condicional: 0	
Transferência entre Estabelecimentos Prisionais: 0	Transferência entre Estabelecimentos Prisionais: 0	

seeu CNI Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas e Restritiva...

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estadísticas Cadastro Outros

### Mesa do(a) Analista Judiciário

Início Pendências de Incidentes Cumprimentos de Medidas Estatísticas Intimações Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

Com Urgência	Para Realizar
Juntadas: 0	Juntadas: 144
Retorno de Conclusão: 0	Retorno de Conclusão: 0
	Mandados aguardando análise de retorno: 3
	Cartas Precatórias Eletrônicas aguardando análise de retorno: 0
	Comunicações aguardando retorno: 0
	Recurso de Agravo aguardando envio à 2ª Instância: 0
	Mandados aguardando publicação: 0
	Mandados de Prisão cumpridos e aguardando análise de junta: 0
	Mandados a prescrever em até 15 dias: 0
	Prestações Pecuniárias(Guia de Recolhimento de Custas) em atraso: 0
	Prestações Pecuniárias(Guia de Recolhimento de Custas) em análise: 0
	Processos Aguardando Recebimento no Distribuidor: 1
	Movimentação de Audiências Pendentes: 2



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

seeu CNI

Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas e Restritiva...

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estadísticas Cadastro Outros

### Mesa do(a) Analista Judiciário

Início Pendências de Incidentes **Cumprimentos de Medidas** Estatísticas Intimações Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

Atrasados A Cumprir

Cumprimentos em Atraso: **210** Cumprimentos a Vencer: **45**

Sem Cumprimentos

Medidas sem Cumprimentos Gerados: **2**

## PERFIL DE PENA DE MULTA:

seeu CNI

TJPA - Vara de Execução Penal de Breves - Pena de Multa

Início Processos Citações e Notificações Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estadísticas Cadastro Outros

### Mesa do(a) Analista Judiciário

Início Citações e Intimações Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

Dados do Juízo

Nome: TJPA - Vara de Execução Penal de Breves - Pena de Multa

Processos Ativos

Total de Processos: **0**

<b>PROCESSOS PARALISADOS (+30 DIAS)</b>	<b>PROCESSOS AGUARDANDO</b>	<b>PROCESSOS EM REMESSA</b>
Secretaria: <b>0</b>	Cumprimento de pena privativa de liberdade: <b>0</b>	Em Remessa: <b>0</b>
Incidente pendente de julgamento: <b>0</b>	Cumprimento de pena alternativa: <b>0</b>	Em Remessa (exceto processos conclusos): <b>0</b>
Incidente vencido: <b>0</b>		
Cumprimento de pena interrompido: <b>0</b>		
Processos extintos aguardando arquivamento: <b>0</b>		

Fila do BNMP

Total de Registros: **0**

## PERFIL DE CORREGEDORIA DE PRESÍDIOS:

seeu CNI

TJPA - BREVES - CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

Início Processos Intimações Decurso de Prazo Análise de Juntadas Audiências Cumprimentos Minutas Relatórios/Estadísticas Cadastro Outros

### Mesa do(a) Analista Judiciário

Início Intimações Análise de Juntadas Outros Cumprimentos Lembretes Sessões de Julgamento

Dados do Juízo

Nome: TJPA - BREVES - CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

**Execuções Ativas**

Total de Processos: **1**

<b>PROCESSOS PARALISADOS (+30 DIAS)</b>	<b>PROCESSOS AGUARDANDO</b>	<b>PROCESSOS EM REMESSA</b>
Secretaria: <b>0</b>	Cumprimento de pena privativa de liberdade: <b>0</b>	Em Remessa: <b>0</b>
Incidente pendente de julgamento: <b>0</b>	Cumprimento de pena alternativa: <b>0</b>	Em Remessa (exceto processos conclusos): <b>0</b>
Incidente vencido: <b>0</b>		
Cumprimento de pena interrompido: <b>0</b>		
Processos extintos aguardando arquivamento: <b>0</b>		

Fila do BNMP

Total de Registros: **0**



## 12.2 Quantos são os(as) apenados(as) em regime fechado, semiaberto e aberto sob jurisdição da Vara?

Em regime fechado temos 110 apenados, a VEP Breves não possui regime semiaberto e no regime aberto temos 105 apenados.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Durante a inspeção correicional, foi verificado que há 110 apenados no SEEU, porém na casa penal constam na listagem 131 apenados, dentre estes tem os condenados provisórios. A Unidade precisa verificar e sanar essas divergências.

Vencidos	
Progressão para Semiaberto:	5
Progressão para Aberto:	1
Livramento Condicional:	5
Indulto:	0
Comutação:	0
Prescrição Executória:	4
Término de Pena:	24
Medida de Segurança:	0
Liberação Condicional:	0
Transferência entre Estabelecimentos Prisionais:	0

No perfil Corregedoria de Presídios há um processo de n.º 2005136-35.2023.8.14.0401.

## 12.3. Por amostragem, selecione 3 nomes relacionados na lista de presos, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de recolhimento

Lusimar Viana Otoni, Eline Rodrigues Miranda e Rogério Pantoja Maia

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA.:** Foi encaminhada a lista de apenados pela Casa Penal, e por amostragem foram verificados três nomes na lista ROGÉRIO PANTOJA MAIA (Execução 2000001-17.2024.8.14.0010), preso por Melgaço; RAMON LOPES GUEDES (Execução 20000639-46.2021.814.0401, preso 1ª VARA DE BREVES) e MIGUEL PENA MORAES (GURUPÁ)/ Execução 2000008-09.2024.814.0010, que demonstram a regularidade na expedição de guias.

## 12.4. Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de pessoas sob medida de segurança, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de internamento ou de tratamento ambulatorial

NÃO SE APLICA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Não são executadas medidas de segurança em Breves. Não há processo com medida de segurança. Há dois processos com incidente de sanidade mental instaurado:

0803941-25.2023.8.14.0010 - Janderson Rodrigues Farias.  
0800706-16.2024.8.14.0010 - Nazareno Barbosa Leal.

**12.5 Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de presos e verifique com relação a regularidade de emissão de atestado de pena a cumprir observa os prazos previstos no artigo 12 da Resolução n. 113/2010-CNJ? (Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)**

Celiano Cardoso Silva

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Durante a inspeção foi verificado por amostragem o processo: 2002019-07.2021.8.14.0401, apenado Sidenei de Sousa Custódio.

**RECOMENDA-SE** que seja regularizado o processo mencionado nos termos do Provimento CNJ 61/2017, com relação ao polo ativo e passivo sem CPF. O atestado de cumprimento de pena está regular.

### **13. DAS AUDIÊNCIAS CRIMINAIS:**

**13.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? (Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)**

Em parte, já que o MP e a DP não atuam em plantão aos finais de semana e feriados, com a audiência ocorrendo normalmente durante o expediente da semana.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** As audiências são realizadas de terças às sextas-feiras na Vara. As audiências criminais são realizadas às terças-feiras, e dependendo do grau de instrução designam de quatro a cinco audiências. E as sessões de júri são designadas às quartas-feiras, porém não há frequência de realização de júri.

Há sessões do júri designadas para as datas de 15/5, 19/6, 3/7, 17/7, 24/7, 31/7, 4/9, 18/9, 2/10, 19/11, 20/10/2024 conforme listagem anexa.

**RECOMENDA-SE** quando da realização de **audiências de custódia, DE FORMA PRESENCIAL**, seja feita a identificação civil do preso, considerando-se que há em Breves o aparelho para identificação biométrica.

**RECOMENDA-SE** que haja um incremento na designação de sessões do júri na Unidade, considerando-se o baixo quantitativo realizado no ano de 2023, e o fato de uma Unidade com competência privativa para realização de Júri.



## ANEXO - Relação de Júris designados em 2024.

### 13.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

08/04/2024

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Durante a inspeção foi informado que a audiência de custódia foi realizada no dia 16/04/2024 no processo 0801068-18.2024.814.0010. As audiências de custódia são feitas de forma presencial. Só, ainda, não fazendo a identificação civil, embora tenha o equipamento. Não há Ministério Público e Defensoria Pública no plantão que se inicia às 14h. As audiências de custódia são feitas pelo Magistrado plantonista no horário do expediente normal da Unidade.

**RECOMENDA-SE** a realização de audiências de custódia, DE FORMA PRESENCIAL, em decorrência da necessidade de identificação civil, considerando-se que há em Breves o aparelho para identificação civil dos custodiados.

### 13.3. Perfil da pauta:

#### a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

02 audiências, sendo um júri e uma instrução processual.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** A Unidade informou durante a inspeção que as audiências são realizadas de terças as sextas-feiras. As audiências criminais são realizadas às terças-feiras, e dependendo do grau de instrução designam de quatro a cinco audiências. As sessões de júri são designadas às quartas-feiras, porém não há frequência de realização de júri.

Há sessões do júri designadas para as datas de 15/5, 19/6, 3/7, 17/7, 24/7, 31/7, 4/9, 18/9, 2/10, 19/11, 20/10/2024 conforme listagem anexa.

Em regra, as audiências são marcadas duas semanas no mês.

**RECOMENDA-SE** que haja um incremento de designações de audiências de instrução e julgamento e de sessões de Tribunal de Júri para que haja frequência na designação e realização das sessões.

#### b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?

18/06/2024

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Em inspeção foi verificado que para réu preso, a audiência está designada para 18/6/2024, processo nº 0800408-58.2023.814.0010. Audiência de réu solto, está designada para 2/7/2024, processo nº 0803582-12.2022.814.0010

## 14. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:

### 14.1. Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas nos últimos 03 (três) meses? (fevereiro, março e abril)

02 sessões de julgamento. Em inspeção foi verificado que foi só 01 sessão.

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** Foi apenas uma sessão de Júri designada



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

para o mês de fevereiro e realizada em março/2024 (Processo n.º 0000001-90.2020.8140010)

**14.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas?**

01 sessão foi realizada e 01 foi redesignada

**14.3. Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri? Listar processos nesta situação.**

03 processos  
0000021-09.2005.8.14.0010  
0002622-81.2019.8.14.0079  
0800075-64.2021.8.14.0079

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA I:** Durante a inspeção apenas um processo está aguardando a designação de sessão de júri: 0800075-64.2021.814.0079

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA II:** Foi informado pelo Assessor do Juízo, que o Termo de Bagre desafora os processos de Júri para Breves. Foram desaforados 21 processos de Bagre para designação de sessão do Júri. As audiências do júri vêm designadas do gabinete. As audiências do júri não são cadastradas como sessão de julgamento.

**Recomenda-se que as designações do Júri sejam cadastradas como sessão de julgamento do Tribunal do Júri.**

**15. CORREIÇÃO ANUAL:**

**15.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial, com a respectiva numeração no sistema PjeCor.**

29 a 02/02/2024- PJECor 0000742-95.2024.2.00.0814

**15.2. Existem registros de recomendações/determinações da Corregedoria-Geral de Justiça na correição ordinária anterior? Quais ainda não foram atendidas?**

**OBSERVAÇÃO DA CORREGEDORIA:** O Processo n.º 0000742-95.2024.2.00.0814 está em análise na Corregedoria-Geral de Justiça.

**16. OBSERVAÇÕES:**

**DIFICULDADES DE COMARCA**

- A servidora Paula Cristina Furtado Aguiar da Costa pontuou que somente ela trabalha com o SEEU na Vara e devido à demanda de trabalho, não consegue movimentar as execuções em regime aberto.
- O servidor Marcelo Teotônio Oliveira informou o Siga-doc TJPA-REQ-2024/03940, referente ao deferimento do pedido de teletrabalho, pelo período de **06 (seis) meses**, a contar de **01/06/2024**.



## WORKSHOPS

- Como parte dos trabalhos de Inspeção, foram promovidos pela Corregedoria dois workshops aos servidores da Comarca, o primeiro, **no dia 17.04.2024**, que contou com a participação da servidora Noemy Carvalho, assessora técnica da CGJ, com objetivo de sanar dúvidas dos servidores e do magistrado, relacionadas ao sistema PJE e suas particularidades, bem como demonstrar ferramentas que podem ser úteis para melhor gestão processual.
- O segundo workshop foi promovido no dia **24/04/2024**, de forma online, em parceria com o Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, na pessoa do servidor Gleison Augusto Furtado Gomes, que demonstrou detalhadamente aos servidores o Painel de Gestão Judiciária, ferramenta atualmente imprescindível para a gestão de processos e controle dos índices de eficiência das Unidades Judiciais

## VISITA DELEGACIA

- Como parte dos trabalhos de Inspeção, o Corregedor-Geral de Justiça realizou visita nas Delegacias de Polícia Civil e na DEAM-DEACA, sendo os respectivos formulários de visita acostados ao Relatório de Inspeção da 2ª Vara de Breves (competente para a execução penal na comarca).

## **17. ANEXOS:**

1. PLANO DE AÇÃO.
2. MAPA MEIO RURAL MUNICÍPIO DE BREVES – ANO 2016 (GEOREFERENCIAMENTO).
3. REQUERIMENTO OFICIAL DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BREVES.
4. PAUTAS DE SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI ANOS 2022, 2023, 2024.
5. PLANILHA DE CONTROLE DE PRESOS PROVISÓRIOS.
6. RELATÓRIO DE INCONSISTÊNCIA DO SEEU IDENTIFICADO EM 17/04/2024
7. RELAÇÃO DE JÚRIS DESIGNADOS EM 2024.
8. OFÍCIO N. 179/2024 – CGJ – SOLICITA DEPOL BREVES DEVOLUÇÃO IPLs.
9. FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO À DELEGACIA DE POLÍCIA.
10. FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO À DEAM/DEACA.
11. RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO JUDICIAL VIRTUAL.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Data da assinatura eletrônica.

ANA ANGELICA ABDULMASSIH Assinado de forma digital por ANA  
OLEGARIO:7919 ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919  
Dados: 2024.06.14 09:39:11 -03'00'

**ANA ANGÉLICA ABDULMASSIH OLEGÁRIO**  
Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça

SILVIA MARA BENTES Assinado de forma digital por SILVIA  
DE SOUZA COSTA:4596 MARA BENTES DE SOUZA  
COSTA:4596  
Dados: 2024.06.24 10:57:56 -03'00'

**SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA**  
Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça

PAULO SERGIO Assinado de forma digital por  
OLIVEIRA:3001534028 PAULO SERGIO  
OLIVEIRA:3001534028  
7 Dados: 2024.06.14 09:14:29 -03'00'

**Paulo Oliveira**  
Analista Judiciário CGJ

Documento assinado digitalmente



TIARA GUEDES AIRES  
Data: 14/06/2024 10:29:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Tiara Guedes Aires**  
Analista Judiciário CGJ

**Leituras obrigatórias:**

- **Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023**, de 30.10.2023 (TJPA e TRT 8ª Região, solicitação de lista de processos trabalhistas quando do deferimento de recuperação judicial ou decretação de falência;
- **COMUNICADO Nº 1/2023-CIJEPA, de 01.06.2023** (sugestões aos magistrados do TJPA sobre como proceder acerca das ações ajuizadas contra instituições bancárias reivindicando a revisão de contratos ou a declaração de inexistência de relação jurídica com características de possíveis demandas predatórias);